



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 198

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 26 NOVEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	4380
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	4383
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4388

TAQUIGRAFIA

ATA DA 46ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROJETOS SOCIAIS, MORADA NOVA E MINHA CASA MINHA VIDA, NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

Em 19 de outubro de 20015

**Presidência do Sr.
Jesuíno Boabaid - Deputado**

(Às 9 horas e 32 minutos é aberta a Audiência Pública)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) –
Senhoras e senhores bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado após aprovação de Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública, para discutir e analisar os Projetos sociais de moradia, Morada Nova e Minha Casa Minha Vida, no âmbito Estadual e Federal. Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; a Excelentíssima Senhora Valdenice Domingos Ferreira – Secretária de Estado de Assistência Social. Excelentíssima Senhora Márcia Cristina Luna, Secretária da SEMUR – Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e

Habitação. Sr. João Santana - Gerente Geral da Agência do Banco do Brasil. Engenheiro Maurílio Vasconcelos – Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil e Mobiliária de Porto Velho – SINDUSCON. Senhora Cristiane da Silva Souza – Presidente da Associação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida – Porto Velho.

Pronto Senhor Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a Audiência Pública para discutir e analisar os Projetos sociais de moradia, Morada Nova e Minha Casa Minha Vida, no âmbito estadual e federal. Hoje, por questão do horário, já são 09 horas e 33 minutos, vamos quebrar o protocolo, para darmos uma celeridade até, porque hoje são duas Audiências Públicas, referente à questão dos projetos habitacionais de âmbito Federal e Estadual e tem mais uma à tarde. Então, a gente vai quebrar o protocolo na questão do registro de agradecimento.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Então, registramos a presença do Capitão Iranildo Dias de Andrade, Capitão do Corpo de Bombeiros, representando o Corpo de Bombeiros de Porto Velho. Agradecemos e registramos também, o senhor Antônio Sena, Coordenador de Habitação da SEAS.

Pronto Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Obrigado.

Eu quero cumprimentar a todos os presentes, a todas as autoridades, em nome também da Valdenice, a Secretária de Assistência Social; a Márcia Cristina Luna, Secretária da SEMUR; o Sr. João Santana, Gerente Geral do Banco do Brasil; o Engenheiro Maurílio Vasconcelos, Presidente do Sindicato da Construção Civil e Mobiliária de Porto Velho – SINDUSCON; a Senhora Cristiane da Silva Souza, Presidente do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida de Porto Velho; e todas as pessoas presentes que se encontram na galeria desta Casa, os jornalistas, Adjunto também da SEAS, todas as pessoas. O intuito da reunião, é porque as pessoas também que fazem parte da Associação dos Surdos, sobre esses programas

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

habitacionais, tanto de âmbito Federal, Estadual e aqui eu vejo o município, que também tem muitas obras e, um ponto que ficou muito discutido, foi à questão daquele empreendimento de quatro mil imóveis, ou seja, de habitações, que tem lá no final do Jardim Santana... eu vou entrar nesse mérito, mas tem os demais também, que até o presente momento, ele não foi entregue. Iniciou-se aí uma questão de registro, fizeram uma série de cadastros e até o presente momento, não houve a referida entrega. Então, foi para discutir isso também, como o Estado está tratando essas obras, porque as pessoas também que foram atingidas pelas enchentes do Rio Madeira no ano de 2014, e até o presente momento não houve essas entregas. Então, é o momento para a gente discutir, até porque eu fui lá à SEAS, conversei com alguns funcionários, e lá eu fui indagado, porque existem alguns entraves, tanto dá informações, rumores que o próprio banco do Brasil, Caixa Econômica, eles têm um modo de operar, que um entende de uma forma, o outro entende de outra forma, e com isso vai causando prejuízo. Então, vamos entrar nesse mérito também. Aqui eu vejo... está o Banco do Brasil, mas a Caixa Econômica não está, e a própria Prefeitura também tem que ter alguns licenciamentos, e por isso que hoje é o momento da gente tirar as dúvidas, e as pessoas que tiverem interesse também de falar, aqui é o momento para a gente ouvir os anseios, esse é o momento oportuno. Então, eu vou passar a palavra, primeiro, vai registrar?

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Marcos Loureiro, intérprete de Libras, da Escola do Legislativo, aqui da Assembleia. Willian Sestito, também intérprete de Libras da Escola do Legislativo.

Pronto senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra para a senhora Cristiane da Silva Souza, Presidente da Associação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.

A SRA. CRISTIANE DA SILVA SOUZA – Bom dia. Agradeço por estar aqui neste momento. Bom dia a todos senhores e senhoras. Eu estou aqui neste momento, para a gente ter uma resposta certa. Desde 2011 está essa demanda, essa demora das casas, e era para ser entregue no ano passado, já vai fazer um ano, e essas casas não saíram. Muita gente está passando apuros, dificuldades, nas suas casas, morando em casas de famílias, e nós estamos querendo ter uma resposta certa. Agora, devido a essa greve dos bancos, nós queremos uma resposta, se está empatando alguma coisa para fazer a assinatura dos contratos dos bancos e se isso vai empatar a entrega das casas esse ano, se vai sair realmente final do ano ou no ano que vem.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – É sobre a questão das entregas?

A SRA. CRISTIANE DA SILVA SOUZA – Sim.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou passar a palavra, agora, para o engenheiro Maurílio Vasconcelos.

O SR. MAURÍLIO VASCONCELOS – Bom dia a todos.

Eu quero saudar o nobre Deputado Jesuíno, autor desta Comissão, e Secretárias presentes, representante do Banco do Brasil, aos senhores presentes. Essa discussão da Minha Casa Minha Vida, nós temos acompanhado de perto, por ser o melhor programa brasileiro já feito até hoje. Esses programas sociais, habitação de interesse social, ele entrou na agenda política há muitos anos. Desde 1945, foram criados programas. O primeiro programa criado foi o programa a Casa Popular, e depois foi criado o BNH, e esses programas criados anteriormente serviu de experiência para criar esse programa Minha Casa Minha Vida, porque antes desse programa, nenhum programa atendeu ao essencial, levar casas àquelas pessoas que não têm renda suficiente para entrar no sistema financeiro de habitação. Porque na equação que se fez quando se faz habitação de interesse social, financiamento em longo prazo, com juros altos, essa combinação não existe. Então, eu quero dizer aos senhores, que, depois podemos discutir particularidades desses programas, que nenhum programa foi mais bem concebido, do que o programa Minha Casa Minha Vida. E Rondônia, que tinha uma cota apenas de cinco mil e trezentas unidades para o Estado de Rondônia, foi um dos Estados mais exitosos nesse programa, estamos com mais de 20 mil unidades produzidas no Programa. Só em Porto Velho, mais de 13 mil unidades. Ou seja, toda demanda oficial de déficit habitacional de Porto Velho, com as entregas desses empreendimentos serão absolutamente equacionados. Então, agradeço a presença dos senhores e agradeço a participação nesta Mesa.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A Excelentíssima Senhora Márcia Cristina Luna, Secretária da SEMUR.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, gostaríamos também de registrar e agradecer a presença da senhora Nanci Rodrigues, Coordenadora de Ações Urbanísticas do DER do Governo de Rondônia; do senhor Ezequiel Silva, Presidente das UPAs – União Portovelhense das Associações.

Pronto, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Bom dia a todos, especialmente à Mesa.

Cumprimento as autoridades em nome do Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública, que chega em boa hora. A senhora Valdenice Domingos Ferreira, Secretária da SEAS, que tem sido uma grande parceira e aqui publicamente eu quero agradecer todo apoio que ela tem dado. E assim, a SEAS e a SEMUR têm andado juntas e a gente tem conseguido vencer esse grande desafio que temos pela frente. Ao senhor João Santana, também, agente do Banco do Brasil, Gerente Geral, que tem nos acompanhado e tem presenciado a grande demanda e os grandes desafios que a gente tem vivido. O engenheiro Maurílio Vasconcelos, amigo de longa data, também um ator importantíssimo nesse cenário, através da construtora dele, a gente tem um grande empreendimento que será entregue em 2016, que é o Cristal da Calama I e II, com um padrão de construção excelente. E a senhora Cristiane da

Silva Souza, Presidente da Associação do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, que tem aqui nos cobrado o prazo de entrega.

O que temos vivido, tanto na SEMUR quanto na SEAS é um desafio no sentido de fazer com que essa seleção de famílias siga totalmente a lei. Existem complexidades que só se consegue entender na hora que a gente coloca a mão na massa. A questão da transparência, a questão de ficar mantido o acompanhamento e o controle social e principalmente os requisitos do Programa. Obrigatoriamente, essas pessoas têm que estar com a documentação pessoal completa. Isso não tem sido fácil, dentro da Central de Atendimento. As pessoas, muitas vezes, descasaram e não registraram, ou pela própria vitimação na cheia, elas perderam os seus documentos pessoais. Elas têm documentos inelegíveis que não conseguem se aproveitados, elas precisam de mais tempo, muitas vezes também o cônjuge também tem problemas de documentação. E também a renda tem sido um fator bem importante para a seleção, porque pelo Programa Minha Casa Minha Vida, obrigatoriamente, essa renda é R\$ 1.600,00. Outra coisa importante de frisar, é que na seleção do Programa Minha Casa Minha Vida existem duas portas de entrada. A primeira, é que essa pessoa venha de uma seleção aberta, de um evento público que sorteou essas pessoas. Então, nos empreendimentos com o Estado, essa lista aberta é de um evento que ocorreu em 2013. E assim, a população, hoje, se confunde porque é muita coisa que está acontecendo e nós temos empreendimento Prefeitura com o Estado e temos empreendimento só da Prefeitura. Os empreendimentos só da Prefeitura, a lista de chamada pública, que a gente chama de demanda aberta, ela tem como base um evento que aconteceu em 2011, e que, por sinal, nós fizemos agora o edital nº 4 que chamou pela última vez essas pessoas. Essa lista sempre esteve no site da Prefeitura, é composta de 1001 nomes e esses 1001 nomes, desse evento de 2011, são a seleção pública para os empreendimentos exclusivamente da Prefeitura. Desses 1001 nomes, já foram tirados 114 para o Cidade Todos I, já foram tiradas 82 pessoas para o Cidade Todos II e esses dois empreendimentos já foram entregues. Recentemente nós chamamos novamente os remanescentes dessa lista de 1001 e selecionamos 240 pessoas para o Cidade Todos III. E olha que não foi fácil. Foi preciso acionar todos os meios de comunicação, conclamando para que essas pessoas viessem porque essa lista é muito antiga. Acredito que muita gente já nem lembra mais disso ou já desacreditou. Então, as pessoas não vieram. E das quase quatrocentas que vieram nós conseguimos selecionar, com muito esforço, essas 240. E agora, nessa semana passada nós lançamos o último edital de chamamento, o último chamamento dessa lista de 1001 para preencher o Cidade Todos IX e estamos aí com uma média de 88 dossiês só, para preencher 240 unidades do Cidade Todos IX. Eu estou falando somente dos empreendimentos da Prefeitura.

Voltando para o critério de seleção do Minha Casa Minha Vida eu dizia que um critério é esse, é chamado dessa lista de eventos públicos. O outro critério, são pessoas que têm laudo de risco, que sofreram alguma enchente, algum desastre e com isso têm os laudos da Defesa Civil. Nesse patamar também entram os atingidos pela cheia. Prioritariamente a SEAS e a SEMUR reservaram dois dos empreendimentos do Estado, para

exclusivamente serem destinados aos atingidos pelas cheias, Porto Madeira 03 e o Porto Madeira 04. Essa seleção iniciou e houve resistência de muitas famílias em aderir apartamentos. Então, na hora da chamada, na central de atendimento houve muitas famílias que não aderiram ao Porto Madeira 03 e 04 por se tratar de um apartamento e que não era compatível com o tamanho da família, isso aconteceu. Outros, não apareceram e enquanto isso, eu assumi a Secretaria em fevereiro desse ano, uma das minhas maiores preocupações com relação aos atingidos era fazer com que o Ministério da Integração, os reconhecesse como atingidos, e porque isso? Porque muita gente que procurou a central de atendimento como atingido, não conseguiu fazer o seu dossiê porque a renda estava acima de mil e seiscentos reais. Na portaria 595, que a gente usa para esse programa, realmente, esse é um critério que não pode ser transposto. Entretanto, em se tratando de calamidade pública existe outra Portaria que é a 001, que permite o atendimento de pessoas que ganham de mil e seiscentos reais a três mil, duzentos e cinquenta reais. Então, eu queria muito, e preciso muito que o Ministério da Integração reconheça as pessoas como atingidas, porque hoje, nós já temos duzentas e sessenta e seis famílias nesse programa de renda, e que só vão resolver se o Ministério da Integração os reconhecer como atingidos, além do fato da gratuidade que seria também através do Ministério da Integração. Então, qual é a situação hoje? O Ministério da Integração, para reconhecer essas pessoas, exige que a Prefeitura preencha uma lista em Excel, uma planilha bem complexa, essa planilha tem coordenada geográfica da casa, a foto da casa, o nome da pessoa e do cônjuge, todos os documentos pessoais e o número do NIS é o número de Inscrição Social, não é o número do Benefício Bolsa Família, é o número do NIS. Então, o que se percebeu na prática e assim que nós assumimos a Secretaria, nós fizemos um mutirão no Banzeiros, chamando esses atingidos para atualizar dados, porque? Porque a Prefeitura tinha contratado durante a enchente uma empresa para fazer esse levantamento, mas no auge do evento catastrófico a empresa, conseguia fazer o marco geográfico, mas não conseguia identificar a família, porque a família, não estava mais lá, porque a casa muitas vezes nem existia, estava somente à marca da casa. Então, existia foto, existia coordenada geográfica, mas não existia a identificação do proprietário ou muitas vezes existiam todas as informações menos o número da Inscrição Social, e sem isso também o Ministério da Integração não aceitava. Então, daquele mutirão que nós fizemos em março ou abril, assim que eu assumi, nós conseguimos completar oitocentos e cinquenta nomes de atingidos dos moldes do Ministério da Integração, nós protocolamos. E recentemente, há um mês, eu deixei mais cento e quarenta e quatro nomes completinhos e ainda estou nesta batalha de completar essas informações, de tudo que se mandou para o Ministério da Integração, já voltou oitocentos e cinco, reconhecidos. Já é um avanço. Eu já consigo atender, essa semana, nós teremos uma reunião na Caixa Econômica exatamente para sinalizar para a Caixa: olha, agora as pessoas que ganham acima de mil e seiscentos, que já foram reconhecidas, já podem ser atendidas.

Então, como vocês vêem é uma guerra, é uma luta quando se está tratando com Banco, existe toda essa

prerrogativa, essa segurança, o Banco vai assinar um contrato com a pessoa, ela exige mesmo. E também tem um problema, depois muitas vezes de todos os dossiês prontos, de tudo rodado bonitinho, precisa atualizar a pesquisa e na pesquisa a pessoa é reprovada, depois que está tudo pronto. Quer dizer, ele estava numa situação de renda até mil e seiscentos até aquele momento e por algum evento, alguma gratificação que ele recebeu ou algum incremento de salário, na hora de assinar contrato o Banco roda de novo o sistema e sinaliza que foi reprovado. Então, não está sendo fácil, está sendo um aprendizado para todo mundo, habitação é muito complexa e em se tratando dos empreendimentos Orgulho do Madeira, Cristal da Calama, Porto Madeira, não é só habitação, gente, não é só fazer um cadastro, assinar um contrato e entregar a chave do empreendimento. Existe uma preocupação com os equipamentos urbanos. O Banco quer garantias e o Ministério das Cidades exige essa tratativa. O compromisso de que as famílias ali instaladas terão a sua disposição a rede de equipamentos urbanos necessárias para atender aquelas famílias. Então, é preciso comprovar que naquele raio de ação existe uma escola para atender a demanda, existe o posto de saúde, existem os ônibus e as vias de circulação dentro dos padrões exigidos pelo licenciamento do empreendimento, existe a coleta de lixo, existe a rede de água testada, provada que está funcionando, tem que existir a rede coletora de esgoto provando que existe o tratamento de esgoto. Então, é uma matriz de responsabilidades que envolvem todas as Secretarias, envolve o Estado, envolve a Prefeitura e só após tudo isso estar funcionado o Banco diz que vai fazer a entrega. Então, a gente tem visto essa dificuldade no Orgulho do Madeira, tem visto a dificuldade no Porto Madeira. Já estamos finalizando, e hoje mesmo nós estamos entregando para o Banco do Brasil uma declaração de que atestamos para todos os fins que o Orgulho do Madeira, mesmo não tendo sido terminado, porque são 04 mil unidades, ele hoje tem condições de atender as 1.600 famílias que já estão cadastradas. Isso é uma declaração que eu e a Secretária Valdenice, nós nos comprometemos a fazer para tentar resolver de uma vez por todas e conseguir marcar essa data de entrega. Então, é um documento que nem existia, mas a gente propôs assinar para que o Banco tenha todas as garantias de que as famílias já podem entrar. Então, assim, quero agradecer aqui de público o esforço que a minha equipe tem feito, a SEMUR. Ela tem aberto 08 horas da manhã e tem fechado às 18 horas e todos os sábados nós trabalhamos de 08 horas às 12 horas atendendo a população. Então, daqui a pouco na Prefeitura, nenhum servidor vai querer trabalhar mais na SEMUR, porque o horário é diferenciado. Mas, é um momento de guerra e eu tenho uma Coordenadora da Habitação que veio do Estado, que é presente de Deus, a Sara Vieira e, ela costuma dizer assim: Nós estamos numa guerra com muitos feridos e às vezes não sabemos nem qual o ferido que a gente atende primeiro. Porque para quem realmente tem compromisso com o trabalho, atender aquelas famílias carentes é um processo de muita responsabilidade e temos a certeza de que vamos fazer certo, que não vai errar, que não vai ser induzido a erro, que não vai fazer nenhuma injustiça social ali naquele atendimento. Também é uma grande responsabilidade, porque o brasileiro é muito criativo e no dia a dia a gente vê no balcão diversas situações onde você tem

um cenário montado e real. Então, esse cuidado a gente está tendo com apoio da SEAS, a gente tem feito atendimento conjunto na Emater e assim, através desse atendimento conjunto temos uma segurança. O Sistema Morada Nova nos dá uma segurança de testar esses atendimentos, de cruzar os dados, de fazer cruzamento com a Receita Federal, se for funcional é público, o sistema está elencado com a Secretaria de Administração do Estado e da Prefeitura. Se for funcionário público, na hora que digita o CPF já sai ali o contracheque dele. Então, todos esses cuidados. Temos feito visita em campo, essas pessoas que chamamos pelo o edital, a gente visita em campo também chamando para ser atendido, para que elas tenham essa oportunidade de realizar esse sonho da casa própria. Não tem sido fácil, mas assim, tem sido prazeroso saber que nós estamos chegando ao fim desse processo e que logo, logo a gente vai ter aí finalmente a entrega dessas casas. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra, agora, para Secretária Valdenice.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, antes da palavra da convidada, convidamos para compor à Mesa, o Senhor Carlos Roberto Bittencourt, Procurador do Estado.

Pronto Senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com a palavra a Senhora Valdenice.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Bom dia a todos. Quero em nome do Deputado Jesuíno, cumprimentar toda a Mesa. A Márcia, explicou todo o procedimento, o procedimento que a Prefeitura faz, é o mesmo que o Estado faz. Habitação é igual e como ela disse, nós temos feito em parcerias várias etapas da habitação porque nós temos, só em Porto Velho, várias unidades, são 12 mil unidades que é parceria do Estado, Governo Federal e município. Esse documento que a Márcia se refere... foram as últimas reuniões que nós tivemos com Prefeitura, Banco e Estado e ficou definido que nós, o Estado e Município, assumiríamos a responsabilidade, dizendo que o empreendimento, a drenagem, a iluminação, o acesso, todas essas exigências que o Banco exige de uma declaração que seria parcial, que o município não pode emitir devido uma Lei Municipal, que eles não recebem obra parcial, nós assumimos junto com o próprio Governador na reunião da AGIR, depois o Emerson Castro que é o nosso Secretário da Casa Civil, assumimos essa responsabilidade junto ao Banco que estaremos assinando esse documento para enviar ao Banco, assumindo todas essas responsabilidades de que o Orgulho do Madeira está apto para receber as 1.680 famílias. 976 já estão na fase final de assinaturas de contratos, ainda faltam algumas pessoas que não assinaram. Cristiane, eu até pedi a vocês, a Carla que ajudasse a divulgar os nomes das pessoas que não assinaram, ainda, porque se falta uma pessoa para assinar, nós ficamos amarrados do mesmo jeito, o senhor João está aqui, o Senhor João Santana. Então, nós precisamos estar com todos os contratos assinados. Faltavam 78 a última vez que eu conversei com o Senhor João e o Pio, para serem assinados. A

fase, pelo menos o Orgulho do Madeira, está nessa fase de nós encaminharmos o documento que a gente encaminha para que o Banco analise e tenha uma definição de proposta de data de entrega. Mas isso não sou eu enquanto Estado, não é a Márcia enquanto Município que define a data. Nós sugerimos junto com o Banco e quem define é o Ministério das Cidades que com certeza o Ministro ou alguém querendo vir, dependemos da agenda deles. Eu não vou me alongar. Encerro a minha fala e depois conforme for surgindo os questionamentos vamos respondendo dentro do possível.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigada, senhora Secretária.

Lembrando que quem tiver interesse em se manifestar pode falar. Ouviram as Secretárias aqui, portanto é o momento de perguntar, indagar quanto à questão. Ela deixou prazo, ainda não existe data. Então, vocês podem suscitar dúvidas inerentes a essas questões, destes empreendimentos.

Vou passar a palavra ao senhor Ezequiel Silva, Presidente das UPAs – União Portovelhense das Associações.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de poder estar aqui.

Cumprimentar o nosso nobre Deputado Jesuíno Boabaid; em nome do Deputado, cumprimentar toda a Mesa; essas lindas e maravilhosas autoridades cumprimentar a todos os presentes; as pessoas que estão hoje aqui pelo início desta conversa. Eu queria só frisar que as UPAs, é a União Portovelhense das Associações, onde a gente tem um grupo de 70 Associações entre Associações de bairros e ONGs. A Associação que a nossa Presidente, que conhecemos como Cris, também faz parte da Diretoria das UPAs, e está fazendo esse brilhante trabalho, representando os moradores aqui da Minha Casa e Minha Vida. E sobre essa responsabilidade da Cris, nós queremos dizer que vamos estar através das UPAs, o nosso grupo que nós temos Contador, nós temos Advogado, nós temos Assistente Social, Psicólogo. Estamos formando um grupo de apoiadores para estar apoiando as Associações no que for preciso. E eu queria dizer que eu ouvi umas palavras muito bonitas aqui, até agora, nesse momento, que vieram da Secretária da SEMUR e também das nossas amigas que falaram aqui a respeito desse documento que vai ser entregue hoje para o Banco do Brasil. E nós queremos que o Deputado Jesuíno, venha estar conosco. Solicitamos através das UPAs uma Audiência Pública para o dia 13 de novembro, não é Deputado? E até o dia 13 de novembro eu acredito que o Banco do Brasil já pode ter analisado esse documento para trazer essa resposta. Eu faço parte de alguns grupos tipo do Orgulho do Madeira lá do whatsapp, e a gente vê o entusiasmo das pessoas. Cada pessoa que assina fica feliz: “poxa, assinei o meu nome”. O outro: “poxa está em que letra?”. E fica naquela. E a Associação vem nesse momento para trazer a informação para o grupo, para as pessoas, uma informação oficial. Para não ficar... um fala uma coisa, o outro fala outra, e acaba transferindo ali as informações. Às vezes a informação chega conturbada e até mesmo errada. Então, nos unimos, estamos unindo as Associações em Porto Velho para ter uma força. E dia 13 nós vamos trazer aqui alguns Presidentes de Bairros e alguns Presidentes de ONGs. O Deputado Jesuíno, já fez as Audiências que teve resultados.

Quero agradecer a todos que tiveram ali naquela batalha do bairro Universitário, aonde nós vamos está trazendo aqui um documentário desde o início do bairro Universitário em agradecimento a todos os Deputados que estiveram junto com o Deputado Jesuíno e os Presidentes, moradores, se liberarem o telão, Deputado, nós vamos trazer essa homenagem em agradecimento. E o que eu quero falar ainda mais aqui... agradecer pela Cris por ter convidado e agradecer também a todos que estão presentes. Já agradei, já falei o objetivo das UPAs, e falei também que queremos contribuir. No mais eu só tenho a agradecer e convidar vocês que estão aqui presentes, se quiserem vir novamente dia 13 de novembro para a Audiência Pública das UPAs, onde nós vamos trazer resumidamente as situações que já foram debatidas, e somente nesta Casa. E nós queremos apoiar a Vossas Excelências que são as autoridades através das UPAs, porque nós vamos trazer a situação resumida do que aconteceu. Os próprios Presidentes de bairros, Presidentes das Associações eles vão dá o agradecimento. Agora, aquilo que ficou de fazer e que não foi feito, também eles vão ter a plena liberdade de cobrar e nós vamos estar aqui para fazer esse trabalho também, porque em todos os Estados tem essa organização das uniões das Associações em cada município, somente em Rondônia nós não temos, de fato, uma federação das Associações do Estado. Então, esse, Deputado, é um debate que a gente vai trazer futuramente. Nós estamos nos organizando na Capital e estamos com pouca força, nós estamos indo pela fé, não temos nada de recurso público das UPAs, ainda, para que possamos dar atendimento melhor para as Associações. Mas, o nosso pensamento é que venha fazer essa união em Porto Velho, essa união em Guajará, essa união em Machadinho, e futuramente até mesmo com 15 uniões dos municípios a gente consegue fazer uma federação para estar unindo e porque todo o pedido emana do povo e é representado pelo Presidente daquela comunidade, mas, ultimamente tem sido esquecido de fato no nosso Estado de Rondônia.

Então, eu quero diante das autoridades já convidar através dos Deputados, eu creio que ele vai convidar. Não é Deputado? novamente vocês, especialmente do Banco do Brasil para estar aqui porque nós vamos tratar exclusivamente do Orgulho do Madeira. O pessoal do Orgulho do Madeira vai vir também que faz de fato tudo, mas como hoje está tratando outras situações nós não vamos levar hoje, para de fato que nós vamos deixar para tratar dia 13. No mais eu quero agradecer novamente e que Deus possa continuar dirigindo essa reunião, essa Audiência Pública.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra a Sra. Izana Barbosa, atingida pela cheia.

A SRA. IZANA BARBOSA – Bom dia.

Eu gostaria de perguntar para a Secretária Márcia, é que a nossa renda ultrapassou os R\$ 1.600,00 aí a senhora falou que a gente já está esperando. Eu queria saber até quando. Porque amanhã dia 20 vai fazer um ano e dez meses que saímos das nossas casas. Moramos de aluguel, e assim, até o auxílio aluguel também demora a sair. Passamos seis meses sem receber e voltou agora de novo, está atrasado e

assim, a gente não tem, desmanchamos a nossa casa. Temos o Termo da Defesa Civil interditando a nossa casa, eu queria saber da senhora.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Izana, eu levei a um mês, há 03 semanas, 144 nomes de pessoas que estão com problema de renda, precisa saber se o teu nome está nesses 144, se tiver está bem andado porque eles prometeram que até no mês de outubro eles me dão resposta, o Ministério da Integração; se não tiver entre os 144 eu preciso que você vá lá, na SEMUR, porque com certeza vai ficar faltando o número do NIS. Eu mandei 59 sem NIS eles devolveram. Então, preciso saber se a sua documentação está completa; antes de sair daqui eu pego o número do seu CPF e por telefone mesmo eu já te dou o retorno se você está nesses 144 que já está tudo completinho, se não tiver a gente vai ter que completar e na semana que vem eu já estou fazendo uma chamada, estamos montando uma estratégia para terminar de completar essa lista. São 266 pessoas já detectadas pela SEAS, e antes de eu vir para cá, a Jane, que é Técnica da SEAS, me ligou falando que já tem mais, que foi pedido semana passada que vai atualizar para que eu leve o restante de uma vez só para o Ministério da Integração.

A SRA. IZANA BARBOSA – Está bom, então.
Eu agradeço, obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Leidejane Gonçalves, para falar também.

A SRA. LEIDEJANE GONÇALVES – Bom dia pessoal.

Eu sou a Leidejane, e eu sou do Grupo do Orgulho do Madeira. Eu já perguntei de várias pessoas do grupo se eles são suplentes e ninguém é. E eu gostaria de saber por que eu fiquei como suplente sendo que eu fiz a inscrição no mesmo dia que todos fizeram, nos dias que foram adequados, que foram chamados. Gostaria de saber sobre isso, e sobre as escolas que é mais próximo do empreendimento.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Como suplente, eu posso responder depois a Val completa, se ela achar necessário. Titular ou suplente isso se resolve, se decide na hora do sorteio, não é isso Sena? Você tem um montante de nove mil nomes ali na urna que participaram do evento público e dentro daquela urna vão ser tiradas 2.500 pessoas para serem os futuros beneficiados do Orgulho do Madeira. Então, primeiramente, vamos sortear 1.000 titulares, aí tira 1.000 fichas, e esses são os titulares. Agora vamos tirar mais 1.000 suplentes, digamos que seja assim, na realidade a proporção não é essa. A proporção é de 30% dos titulares para serem suplentes. Então, não é de quem chegou primeiro no evento, não é de quem chegou antes ou depois, é na ordem de sorteio, primeiro você tira o percentual de titulares e depois você tira 30% a mais para garantir que se aqueles titulares não vierem; você tem uma reserva de suplentes sem precisar sortear de novo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

A SRA. LEIDEJANE GONÇALVES – Eu só queria saber isso mesmo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Entendeu?

A SRA. LEIDEJANE GONÇALVES – Entendi. Está respondido. Obrigada pela resposta.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O senhor Francisco Costa, de São Carlos, desabrigado.

O SR. FRANCISCO COSTA – Bom dia, senhor Deputado, senhores Secretários. Quero também agradecer a presença do nosso Coordenador, Sena. Eu sou uma pessoa que sou daquela enchente de 2014 e eu quero falar para vocês, que a minha situação está muito difícil, pois eu vivia bem de vida, eu tinha casa, eu tinha lanchonete, eu tinha barco, eu tinha motor de luz, tinha muitas coisas. Mas agora, eu quero falar para vocês que eu estou vendendo todas as minhas coisas para eu pagar o meu aluguel, pois o auxílio aluguel faz muito tempo que está atrasado, que não sai, e eu não tenho mais casa.

O coordenador Sena, ele já resolveu minha situação, e agradeço muito, mas, até agora falta apenas o Secretário resolver, porque eu não tenho mais condição de voltar para minha casa. A minha casa foi destruída, todo ano alaga, depois que foi feito esse negócio desse empreendimento aí, todo ano alaga. Ano atrasado, a enchente foi na cumeieira e ano passado, foi à janela. Então, tem aqui o laudo, já foi tudo entregue e até agora não foi resolvido. Eu quero falar para vocês que eu sou um rondoniense legítimo, nasci e me criei, conheço todas as histórias. Eu achava uma burocracia, porque diziam que as pessoas que moram na área rural, não tinham direito a receber um empreendimento aqui. Então, eu quero afirmar aos Secretários que, se não tem direito para nós recebermos, mas, que resolvam nossa situação, porque não tenho casa, não tenho mais como encontrar... Aí o senhor Deputado Jesuíno, eu já até levei até a localidade lá da Aliança, aonde foi comprada uma área, e até agora não foi distribuído nada sobre esta área, essa área está parada, existe uma burocracia muito grande. Então, eu quero falar para vocês, eu tenho vergonha, da maneira como eu estou sendo tratado, de ser rondoniense. Já me deu vontade de vender o resto das coisas que tenho e ir embora. Hoje, eu tenho o nome no SPC, eu tenho o nome no SERASA, não porque eu seja um mau pagador. Você já pensou, imagine a pessoa perder tudo o que tem, não ter mais uma renda, só apenas ter aquela renda, de uma aposentadoria muito pequena que mal dá para se alimentar. Eu quero falar para vocês que eu tenho vergonha, que eu estou com três talões de luz atrasados, porque não tem como pagar, o meu nome já está no Diário Oficial para voltar a receber o auxílio aluguel, eu não tenho recebido. Tem dias em que eu não tenho sequer um centavo para comprar um pão. Eu tinha uma renda de cinco mil reais por mês, entendeu? Agora você fica pensando como é que está a minha situação. Já quase entrei em depressão. Não tenho casa, não tenho terreno, não tenho lanchonete, não tenho nada, mas uma coisa eu digo para vocês: “se eu receber um daqueles apartamentos, vocês vão ver que daqui a um ano, Francisco Tavares mudou de vida”. Porque a minha esposa sabe trabalhar, faz costura, minha esposa sabe fazer uns bombosinhos que eu tenho ali também, entendeu? Então, eu quero falar para vocês, a situação está difícil. Peço que vocês vejam o que podem fazer, porque senão, é mais uma pessoa

que está saindo deste Estado, para morar no Acre, para morar no Amazonas, para vender picolé, para ver se tem condições de pagar o seu aluguel. É muito triste, um homem que já pagou imposto, um homem que já viveu uma vida legal, e através de uma enchente, viver em uma situação muito difícil. O coordenador Sena conhece, foi até a casa que eu tinha, ele sabe, não é Sena? Não tenho mais condições de voltar para a minha casa, não tenho condições. Então, senhores Secretários, me ajudem, por favor.

Quero agradecer ao Deputado, que tem me ajudado muito.

Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou só comentar um pouco, a fala do senhor Francisco, mas realmente causa vergonha ser rondoniense. Você permitir, o Estado, quando eu falo o Estado, permitir que as pessoas que foram atingidas dessa forma por uma enchente, formaram, fizeram uma série de propagandas dizendo que iriam dar condições, subsidiar esse prejuízo, essas pessoas foram atingidas, e o que me causa mais revolta é que eu fui “in loco” ver essa situação. Já teve audiência aqui, e até o presente momento, o Governador do Estado de Rondônia – Confúcio Aires Moura, foi lá, falou: Olha – na época de campanha, quero que deixe claro, na época de campanha lá em São Carlos. “eu vou entrar com o maquinário, vou abrir as estradas”, e lá o que tem é uma vala cheia de grilos, cheia de sapinhos, e até o presente momento, nada. Então, é essa falta de respeito, realmente, me causa, sou rondoniense da terra, portovelhense, é incabível que você aceite esse tipo de coisa, não é só o caso do Sr. Francisco, tem muitas pessoas que não tem condições de estar aqui presente, que não teve condições também, não sabe se manifestar, e às vezes também já lavou as mãos: “já chega”. Já até retornou. Quero deixar claro que São Carlos já está sendo habitada novamente, mesmo havendo vedações por parte da defesa civil, ou os órgãos competentes, pela Saúde, mas eles estão lá, e por quê? Porque o Estado, aquilo que foi prometido não fez. E aqui eu não estou falando questão de Secretário no âmbito municipal não, estou falando o Estado, seja municipal, seja estadual, eu não vejo uma política realmente, é muita burocracia, é muita burocracia, é muita falta de respeito. Tem uma família que eu tenho muita amizade, que é o seu Wilson, dona Berê, por muitas vezes eu fui lá, a casa dele resistiu até o último momento, tinha uma lavoura, um pedaço de terra que plantava macaxeira, tinha o açaí, foi tudo jogado por água. E hoje vive aqui, através de aluguel, como ele tem uma renda, não foi até o presente momento, indenizado e nem vai ser. E nem vai ser, porque o Estado quer realmente empurrar isso com a barriga. E já existem tendências, existem informações, até, inclusive, com os órgãos oficiais, que poderá haver uma enchente igual àquela que foi no ano de 2014. Então, a gente vai viver como? Se tiver outra daquela vai morrer gente. Graças a Deus que não morreu, mas, da forma que nós estamos vendo, estamos vivenciando, como é que vão ficar essas pessoas? Espero, senhor Francisco, realmente que hoje, o Estado representado aqui pelas Secretárias, seja do âmbito estadual ou municipal, possa trazer algumas respostas que realmente contemplem o seu anseio, que não é só o senhor. O senhor fala em nome de muitos que queriam estar aqui falando aquilo que realmente sentem.

Então eu vou passar a palavra, agora, para o senhor Eduardo Brito. Ele é surdo, ele vai ter, se necessário, a questão de intérprete.

Senhor Eduardo.

O SR. EDUARDO BRITO - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o senhor.

Meu nome é Eduardo Brito, como eu sou surdo, eu só falo bem, mas eu sou surdo. Eu vim aqui fazer uma pergunta sobre a possibilidade do Banco, a maioria falou que se tiver o nome sujo, diz que não consegue, a maioria dos surdos, na acessibilidade de surdo não consegui passar foi por causa de um processo que estava com restrição, com problemas, por causa de uma família, que a família que sujou o nome do surdo. Muitos surdos perderam, por causa disso aí, e não conseguiram aprovar por causa do nome sujo, que foi a família que... E aí eu quero saber, foi divulgado pela internet, que quem estava na restrição, quem tiver o nome no SERASA e aí eu queria saber qual o motivo que não foi aprovado com pessoas deficientes, como acessibilidade. Queríamos saber, porque a maioria dos surdos não veio hoje, por causa disso aí, não foi aprovado.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Olha, o nome no SERASA não é motivo do não atendimento, não tem essa restrição não, entendeu? Se você tem algum problema ainda no cadastro, procure a central de atendimento, não é, Secretária Valdenice? E a gente olha o seu caso. Mas a restrição no SERASA não impede no Minha Casa Minha Vida, até porque essa casa é para quem realmente precisa, quem está numa situação de carência, não é? E a questão do portador de necessidade especial, de algum problema auditivo, contanto que tenha o laudo médico comprovando a deficiência, não tem problema nenhum.

O SR. EDUARDO BRITO – Então está bom. Obrigado.

Só temos que agradecer vocês, agradecer o Deputado que está sempre junto nessa batalha, e sempre temos que buscar objetivo para fazer crescer a nossa comunidade. Então, eu quero agradecer. Eu estou um pouco nervoso hoje.

Obrigado.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Muito obrigada. Aguarda vocês, lá.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar a palavra novamente para a Presidente da Associação para ela... Você queria falar, porque você falou de forma sucinta. Aí parece que você quer se manifestar de novo, não é isso? Pode falar.

A SRA. CRISTIANE DA SILVA SOUZA – Bom, já que o documento vai hoje. No caso, não tem prazo no momento, aí vai ser outra demora. Praticamente, esse ano, pode não sair essa casa, não é? Então, Deputado Jesuíno, tem como marcar uma reunião com o Governador e uma reunião com os Deputados Federais para poder antecipar essas entregas dessas casas que estão demorando muito. Muita gente está desesperada. Estou muito preocupada com essa demora dessas casas. Eu poderia chamar uma contemplada, também,

do Orgulho Madeira, para poder falar aqui sobre a situação que ela está passando e tem filhos especiais.

Carla, você poderia vir aqui, por favor?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Enquanto ela vem, eu vou passar a palavra para o senhor Jones Souza, Diretor Jurídico de Economia do Orgulho do Madeira. Depois ela faz uso da palavra.

O SR. JONES SOUZA - Meu bom dia a todos, Deputado Jesuíno, proponente dessa Audiência Pública, a senhora Valdenice, nossa Secretária Estadual. Primeiramente, eu gostaria de fazer uma pergunta diretamente ao representante aqui do Banco do Brasil, porque nós temos feito várias visitas à Secretaria, e temos ouvido constantemente dentro da Secretaria e temos visto também. Quando nós vamos lá à CAERD, onde estava sendo feito os cadastros, onde são feitas as assinaturas dos contratos, a demora, a burocracia. O Banco do Brasil, vem emperrando senhor representante, e é inadmissível uma instituição como o Banco do Brasil, num Projeto tão importante para as famílias e aqui a nossa Presidente, acabou de citar o caso da companheira Carla, e tem inúmeros outros casos que nós poderemos citar aqui de pessoas que estão desesperadamente aguardando para entrar no seu lar. E que, vamos colocar aqui senhores, não é de graça, vai haver o mínimo possível de uma parcela, mas vai haver, e um programa tão importante, não pode ficar na mão de uma instituição que não consegue fazer o mínimo, porque colocar duas pessoas para assinar o cadastro e as famílias terem que se deslocarem lá da Zona Leste, lá da Zona Sul, e ficar horas e horas aguardando por um cadastro.

No interior, a Caixa Econômica Federal, assinou trezentos contratos em um dia, nós temos essas informações, e aí, eu gostaria que o senhor como representante do Banco do Brasil, nos esclarecesse o porquê disso. Há condições? E aí eu gostaria de concluir, se há condições de melhorar, gostaria de deixar aqui, uma sugestão. Eu me formei na UNIRON, curso de Direito. Nós temos lá centenas de acadêmicos com desejo de ajudar até para cumprir as suas áreas de estágio, pessoas com responsabilidade, nós temos lá um núcleo de práticas jurídicas que poderia estar ajudando nisso. Eu gostaria de deixar essa sugestão para o senhor. Procurem as universidades, nós não temos só a UNIRON, nós temos a São Lucas, nós temos outras Universidades com centenas de acadêmicos se formando já este ano, ou já formados e com desejo de conhecimento, com capacidade para ajudar o Banco do Brasil. Um simples, um simples acordo entre Secretaria, Banco do Brasil e as Academias, resolveria esse problema ou seria questão de espaço? Porque lá na CAERD, aonde se atende o consumidor, perdão senhores, é muita mediocridade colocar num espaço como aquele, enquanto nós temos vários outros espaços muito maiores que poderiam ser usados, o próprio auditório das universidades, para atender essas pessoas, uma descentralização. Por que não levamos lá para Zona Leste, para que as pessoas fiquem mais próximas de casa? Porque senhores, essas casas, são para pessoas que às vezes nem tem o dinheiro para pegar o ônibus, para vir aqui no centro assinar. Senhora Secretária Municipal, sabemos do seu empenho diante da sua pasta na SEMUR, mas lamentavelmente desde 2008... me causa tristeza, descer pela Vieira Caúla, e

ver aquela favela que se tornou aquele empreendimento, não culpa sua, de gestores passados, mas, me causa desgosto, me causa tristeza de ver aquela favela que se tornou um empreendimento tão importante que é o Minha Casa, Minha Vida. Infelizmente Rondônia, nós estamos a mercê de maus administradores, estamos a mercê de maus administradores, porque em Porto Velho, se entregou apenas aquelas casinhas do Socialista, e só. É uma vergonha para qualquer administração, um programa tão importante, está em segundo plano, como está sendo Minha Casa, Minha Vida. É lamentável. Por isso, nós resolvemos nos unir com os companheiros dos alagados. Criamos a Associação do Programa Minha Casa, Minha Vida, e tenho certeza Deputado, o senhor tem essa Associação como parceira, já tivemos com a Secretária aqui, pedir licença para lhe chamar como ela gosta de ser chamada, com a Val. Já estivemos com ela, abrimos esse diálogo, e graças a Deus é uma Secretária que tem nos atendido. Temos aberto esse diálogo. Só que infelizmente ela está engessada pela burocracia de algumas Instituições que parece estaria aí para ajudar o povo, mas, que infelizmente parece que não está dando o mínimo. Então, eu peço senhores, e aqui reforço a fala da nossa Presidente, Deputado Jesuíno. Queremos uma Audiência com o Governador, se o Banco do Brasil precisa desse documento e irá para o Banco do Brasil hoje, assim como informou a Secretária, se a responsabilidade, agora vai ser do Ministério das Cidades, ninguém melhor do que o Governador para ir ao Ministério das Cidades e dizer: "olha, eu vou entregar as casas". E ele terá todo o nosso apoio para não ficarmos esperando e nós aguardamos, Deputado Jesuíno, essa Audiência com o Governador.

Queremos falar pessoalmente com ele e perguntar para ele, pedir a ele encarecidamente que resolva o problema dessas famílias.

O meu muito obrigado.

O SR. JOÃO SANTANA – Bom dia a todos.

Em nome do Banco do Brasil, eu quero agradecer a presença de todos que compõem esta Mesa e a presença de vocês aqui na Audiência Pública sobre as moradias, dos empreendimentos que estão sendo construídos com o Governo do Estado, Prefeitura e com a participação do Banco do Brasil como representante, como agente de Governo do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Banco do Brasil sensível com a situação das moradias no Estado de Rondônia, ele fez uma parceria com a Prefeitura e com o Estado para a execução desse programa. O Banco do Brasil é sensível a situação de todos os moradores, tanto é, que quando ocorreu à enchente o empreendimento só poderia ser entregue na sua totalidade pelas normas do programa. Sensível com a situação e com a iniciativa do Governo do Estado e da Prefeitura, foi pleiteado junto ao Ministério das Cidades que essas moradias fossem entregues parcialmente para atender essas pessoas e aqueles beneficiários que foram selecionados pelo Estado e Município. Diante das regras do programa, esses contratos só poderiam ser assinados com a totalidade das moradias prontas, que as pessoas beneficiadas tivessem toda documentação do Banco, o contrato pronto e que os equipamentos públicos que vão dar garantia para os senhores beneficiários que vão morar nesses empreendimentos,

que tenham transporte públicos, pavimentação, Escola, Saúde. Estejam prontos para atender os moradores. Isso não é imposição do Banco do Brasil, é uma exigência do programa. Se o Banco não cuidar disso, quando os beneficiários mudarem para o empreendimento e não tiver todos esses equipamentos públicos funcionando, o quê que vai acontecer? Reclamações para os órgãos que deveriam olhar por isso. Então, o Banco, não pode pleitear junto ao Ministério das Cidades entregar um empreendimento que não atenda aos moradores. O Banco do Brasil não está retardando a entrega do empreendimento, ele está cuidando de um benefício que os moradores têm direito, eles precisam ter essa assistência. Os contratos, a priori teriam que ser assinados com os empreendimentos prontos para atender os moradores. O Banco do Brasil sensível com a situação, de acordo com a Prefeitura e com o Estado, ele aceitou e colheu assinaturas para que quando eles conseguissem comprovar junto ao Banco que equipamentos públicos que vão atender os moradores estivessem prontos, agilizassem a entrega, se fosse começar assinatura pós essa comprovação ia demorar muito mais. Então, o Banco foi sensível a pleitear junto ao Ministério que a entrega fosse parcial. Antecipou assinatura dos contratos para agilizar o processo e com esse documento que foi, vai ser entregue ao Banco, o Banco vai fazer todo esforço junto ao Ministério para que essa entrega seja parcial o mais rápido possível. Agora, a análise do documento, é feita pela unidade do tempo que cuida desse assunto. O que eu posso prometer a vocês, é que o assunto será acompanhado diariamente pela representante do Banco aqui no Estado e que o mais rápido possível quando o Ministério autorizar será marcada uma data de entrega e de comum acordo com a Prefeitura e Estado. Quero dizer para vocês, que o Banco do Brasil é parceiro do Estado de Rondônia, da Prefeitura e da população beneficiária do empreendimento, porque o Banco não pode ter a irresponsabilidade de entregar um empreendimento só por entregar e não olhar os benefícios que vocês terão morando no empreendimento com toda assistência pública possível. Porque, provavelmente se deixar algum equipamento público que vocês têm direito sem funcionar, vocês terão problemas de transporte, de Saúde pública, de assistência Escolar para os seus filhos. Quando o empreendimento for entregue terá toda uma assistência social, é necessário para os beneficiários, e a Prefeitura e o Estado vão cuidar disso. Então, para essa assistência aos beneficiários tem que estar pronta, os equipamentos têm que está pronto. Não pode deixar um empreendimento simplesmente entregar a unidade habitacional sem o que o programa exige para ter, para que o programa seja perfeito e que atenda realmente os beneficiários.

Agora, vou deixar a palavra para a Prefeitura e o Estado, quanto ao local de atendimento de vocês. O Banco do Brasil, ele se dispõe a atender os beneficiários em qualquer local que seja, o mais adequado possível.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Com relação ao local, porque não fazer o atendimento na Zona Leste, porque não na Zona Norte, Secretária Valdenice? nós temos um sistema com outros órgãos, como a Receita Federal, e esse sistema é do Governo do Estado, a Prefeitura usa em parceria. E assim, esse dá a segurança contra fraude. Então a gente ainda não desenvolveu essa tecnologia ambulante. Por enquanto tem que

ser centralizado para dar segurança, para não permitir que existam fraudes, que pessoas que não precisam de empreendimentos façam aprovação de cadastro.

Com relação às obras paralisadas, isso dói demais. Passar pela Cahúla e ver aquele Cuniã naquela situação, é muito doloroso. A gente já fez, inclusive, vídeo conferência com o Ministério das Cidades para tentar remanejar as famílias que esperam pelos empreendimentos paralisados desde 2009, que até hoje não foram beneficiadas, e que ainda não existe nenhuma previsão para esses empreendimentos serem entregues. Entretanto, a limitação é a Lei. Ninguém é maior do que a Lei, fica na vontade, mas não pode ultrapassar. O Ministério das Cidades falou que se existir laudo para essas famílias, se elas foram atingidas, se elas têm laudo de risco por morarem em situação insalubre, aí sim, se pode remanejar para os empreendimentos. Os outros que eram apenas impeditivos das obras do PAC é outra portaria que a gente está tentando resgatar. Então, hoje temos 816 famílias inscritas em três empreendimentos que foram paralisados. Igarapé Grande, que é Floresta I e II, são 160 apartamentos no Floresta I e 144 no Floresta II. Essa obra já houve a desocupação dela, a reintegração de posse e a SEMPRE que cuida da obra, está com a Caixa Econômica avaliando a estrutura do prédio, porque foram retiradas as paredes fundamentais para a estrutura e corre risco de desabamento. O Triângulo, o Igarapé Santa Bárbara... temos uma obra no bairro Mato Grosso, 144 apartamentos. A gente já verificou que muitos deles foram atingidos... já entraram no Porto Madeira, o remanescente. Estamos fazendo reuniões em campo, chamando quem tem renda acima de R\$ 1.600,00 que não vai poder entrar, e muitos dos casos aqui são indenizações muito caras, não é perfil do Programa Minha Casa Minha Vida. Então, essas pessoas que são indenizações porque são casas de grande valor, essas realmente não têm como migrar para o Minha casa Minha Vida, eles também não têm interesse nisso. E, por fim, o Cuniã I e II, o Cuniã com 176 apartamentos e o Cuniã II, 192. São 368 moradias, a obra está paralisada. A gente pode ver essa favela ali na Cahúla, já tentamos fazer o levantamento dessas pessoas que estão lá, mas existe resistência deles, e o próximo passo é a desocupação para o desmoronamento mesmo, para colocar aquela estrutura abaixo, porque hoje ela representa risco para aquelas pessoas que estão ali morando irregularmente. Então, ao todo são 816 famílias que desde 2009 estão inscritas em programas habitacionais e essas obras foram paralisadas porque foram ocupadas irregularmente. Então, é um desafio grande, a fala do seu Francisco sempre me emociona porque eu encontrei com ele na Emater, perdido sem saber o que fazer da vida, porque ele era da área rural e não poderia ser atendido na área urbana. É por isso que a Sara fala que é uma catástrofe que deixou muitos feridos. E a situação realmente é de urgência. Então, como a gente já disse: o que fazer com o Orgulho do Madeira para acelerar? Se não existe entrega parcial, recebimento parcial de obras, são 4.000 unidades, agora tem 1.600 prontas, não existe como a Prefeitura dizer que o empreendimento acabou e que vai receber, porque não acabou. Então, fizemos um esforço conjunto, a SEMA, a SEMTRAN, a SEMFAZ e a SEMUR, por parte da Prefeitura e a SEAS por parte do Estado. Nós sentamos e criamos um documento assegurando para o Banco do Brasil:

“pode entregar que a gente garante que o que tem lá construído dá para abrigar essas 1.600 pessoas”. Então, esse documento não existia, foi um esforço conjunto nosso para dar a garantia para o Banco que não precisava esperar o recebimento definitivo da obra. Nós cinco, quatro Secretarias Municipais e uma Estadual, nós estamos garantindo para o Banco do Brasil que ele entrega as 1.600 moradias, que a gente atesta para os devidos fins que do jeito que está lá tem condição de atender essas famílias.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Só com relação, antes mesmo de começar a assinatura dos contratos pelo Banco, o Município e o Estado já se anteciparam de conseguir garantir as vagas desses alunos nas Escolas próximas ao Orgulho do Madeira. Então, as famílias não precisam ter essa preocupação, porque a partir do momento em que for feita a entrega dos apartamentos as vagas também já estão garantidas nas escolas próximas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passo a palavra a Dona Carla.

A SRA. CARLA TELES – Bom dia.

Eu vim aqui em meu nome, mas por muitas mães que tem criança especial. Para mim é difícil porque eu tenho criança que é autista e eu moro em casa cedida, não é minha e várias vezes já tive que tentar sair para morar com a minha mãe, porque a casa é muito pequena. Então, já estou com um ano que eu já fiz essa vistoria esperando esta casa. Então, eu tenho três crianças e para ela que é autista, não é fácil ficar numa casa pequena, porque ela já tem um sistema bastante nervoso, e tendo uma casa pequena... não é só para mim, mas tem várias crianças e mães que tem autistas que estão desesperadas, morando de aluguel e o dinheiro do benefício, só tenho ele, que é muito pouco, não dá para a medicação e várias outras coisas. Então, se entregassem essas casas para nós, seria uma benção de Deus. Eu queria que os senhores olhassem mais para nós, principalmente para quem tem criança especial, porque não é fácil.

Muito obrigada, e tentem olhar para nós que temos criança especial, mãe que não tem condições de pagar aluguel muito caro. Tem crianças também, principalmente que estão sem estudar esperando esses empreendimentos, serem entregues.

Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora, acredito que todo mundo falou, já foi bem esclarecedor com os pontos, as duas podem responder ou o próprio Banco do Brasil. Eu estou em dúvida, porque o Banco do Brasil acabou de me falar o seguinte: o representante do Banco que existe uma vedação quanto aos equipamentos públicos, vocês estão assumindo um compromisso em 1.680, mas eu queria saber se pode haver o deferimento e o indeferimento, não é isso? É isso que eu quero saber.

O SR. JOÃO SANTANA – Sim, pode, porque quem decide, quem é o gestor do programa é o Ministério das Cidades. O Banco vai argumentar com o Ministério porque esse documento do Estado garante os empreendimentos públicos, os moradores que vão morar, a quantidade parcial de 1.680, das quais 976 que têm contratos assinados previamente. Isso sendo aceito pelo Ministério das Cidades, o Banco vai marcar uma data de entrega dessas unidades em comum acordo com o Estado e prefeitura.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Que para mim, dois meses, mais um ano, eu acho que vai se perder. Mas qual é o prazo de resposta, em média?

O SR. JOÃO SANTANA – Se eu falar um prazo para você agora, eu serei irresponsável decidir antecipadamente de um assunto que não é alçada minha.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Trata-se do Ministério, então?

O SR. JOÃO SANTANA – Sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Banco não. Qual é o prazo do Banco entregar essa documentação para o Ministério?

O SR. JOÃO SANTANA – Eu recebo do Estado, encaminho para o Banco e o Banco com essa documentação, ele vai ao Ministério pleitear a entrega do empreendimento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Hoje a SEAS, que está entregando esse documento para eles, é hoje? É isso?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – A Márcia assinou, eu assinei, falta à assinatura dos três Secretários municipais. A engenheira da Márcia já está recolhendo para encaminhar para o Banco ainda hoje. Mas a entrega, Deputado, depende também da agenda do Ministério, não somos nós que definimos, a gente sugere a data, mas quem define é o Ministério.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Enquanto vocês estavam aqui, eu chamei a Irma, que é Chefe de gabinete do Presidente e pedi para ela entrar em contato com o Presidente desta Casa, Maurão, e ele já confirmou para mim que está buscando uma agenda com o Governador e nós iremos informar para as pessoas, vamos conversar com o Governador porque é questão de Estado, vou pedir para o Presidente da Assembleia, que é um Poder, que também busque junto ao Ministério, no caso, os Deputados Federais, Senadores, que intercedam para buscar essa solução, só que me causou mais uma preocupação. O Estado e o município já iniciaram alguma obra quanto aos equipamentos públicos? Tem alguma previsão? Porque são quatro mil e ...

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Quatro mil unidades.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quatro mil unidades. Mas já existe uma previsão tanto do Município como do Estado, para a construção desses equipamentos?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA - Existem equipamentos dentro da própria Rede Pública que comportam essa demanda habitacional, não é isso?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É, porque o Banco vem e diz o seguinte: tem que ter equipamentos públicos. E aí ficou aquela dúvida, porque ali tem vários bairros próximos. Tem que ter lá dentro empreendimento ou município ou o Estado, e pode falar: olha, a questão da Saúde pode ser por tal local, exemplo, por tal posto de Saúde. A questão das escolas pode ser, esse é o local próximo ou de direito, e existe alguma norma inerente que deve se cumprir o disposto no que construiu, e deve ter os equipamentos. Isso que ficou...

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Não. Existe o envolvimento de todas as Secretarias dessa matriz de responsabilidade e isso está caminhando bem, de forma, que ao terminar os quatro mil, existe toda essa rede. A obra é grande, são quatro mil unidades, a gente não pode de maneira nenhuma esperar que termine o último apartamento para entregar, se já existe a demanda pronta para entrar.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Até porque para essa demanda de 1.680 unidades, já estão disponibilizados, tanto as vagas da escola quanto o Posto de Saúde que vai estar disponível para o atendimento dessas famílias.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – para isso existe um contrato assinado, as responsabilidades estabelecidas entre o Estado, a Prefeitura e uma Comissão cuidando de cada coisa com reuniões mensais com as presenças dos Secretários.

Então isso está bem coordenado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É mais uma preocupação que eu tenho, mais uma Audiência que eu saio daqui, infelizmente, não satisfeito com as respostas.

O Banco do Brasil vai analisar, eu vejo, eu vou fazer o uso da palavra, é muita burocracia, muita burocracia para nada. Não está sendo pago pelo Estado, pela União. É muita coisa, e para mim esse modo também de casa em apartamento é preocupante. Quem vai pagar depois que for entregue quanto a questão das manutenções? Fica aqui a dica. Tem tudo isso, lá vai ter um síndico? Será que as pessoas que ali se encontram vão ter condições de arcar? Isso não está sendo analisado, e depois que entregar... vem aquela preocupação de como irá custear essa problemática, porque todo esse empreendimento tem que ter manutenção, é necessário o síndico, é uma coisa que...

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Eu posso até ajudar nesse sentido.

Obrigatoriamente todas as obras do Ministério das Cidades e do PAC, elas destinam de 3 a 5% do valor da obra para o Projeto Técnico Social. O que é isso? É o monitoramento dessas famílias antes, durante, e um ano depois da entrega.

Então, mesmo as famílias entrando hoje, durante um ano elas deverão ser assistidas por um Programa Técnico Social que vai definir as Associações de representantes, que vai eleger síndico de cada bloco, que vai se preocupar com a questão da geração de renda. Por quê? Tem gente que foi deslocado do seu local de origem onde lavava um carro, onde fazia comida e vendia na calçada e agora migra para um empreendimento distante e não tem como se prover. Então, o Projeto Social também se preocupa com a capacitação dessas pessoas, oferecendo cursos profissionalizantes que possam gerar uma renda para eles. Tem toda a questão da sociabilização, da imposição de regras. São 4.000 pessoas, 4.000 famílias morando junto vindas de todas as partes da cidade. Então, não é uma coisa fácil de gerenciar e nesse Projeto existe a previsão de toda essa demanda de Cronograma de Atividades acompanhando as famílias durante um ano. Tem a questão do pagamento do condomínio, de que elas possam suportar essas taxas. Então, para isso existe uma equipe, que a SEAS vai contratar. O Projeto Social dos nossos empreendimentos, a SEMUR mesmo realiza, mas, no caso desse empreendimento, o Projeto Técnico Social é uma licitação, uma empresa que vai tomar conta dessas famílias até um ano após a entrega.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Só para esclarecer, a empresa já foi licitada, ela já está na fase de Ordem de Serviço, já assinei a Ordem de Serviço da empresa que ganhou a licitação. Só lembrando, nós temos, Deputado, à construção de uma escola municipal e uma estadual do empreendimento Orgulho do Madeira, e depois que o Maurílio falar, eu quero que Vossa Excelência abra a palavra para o nosso Engenheiro porque ele está acompanhado de perto, o Cleiton, aí ele vai explicar direitinho como que está o processo dos equipamentos públicos.

O SR. MAURÍLIO VASCONCELOS – Essa preocupação do Deputado, eu acho extremamente pertinente, apesar desses instrumentos que a Secretária Márcia falou. São verdadeiros, mas eu tenho visto no Brasil inteiro, Deputado, esses condomínios verticalizados se transformaram em favelas, por falta exatamente de quê? Da sustentabilidade econômica do empreendimento. As pessoas que moram não têm muitas vezes condições de dar sustentabilidade as despesas condominiais. Eu visitei empreendimentos Brasil à fora, e muitos deles têm esses problemas, evidentemente que a verticalização às vezes é necessária. A cidade de São Paulo não existe mais terreno suficiente para isso, mas eu acho que a gente deveria pensar no futuro, a tipologia de habitação adequada para nossa região, nós temos muitas terras ainda e terras baratas, para fazer um apartamento ou um conjunto de apartamento para pessoas... primeiro, que não são acostumadas a viver de forma condominial e depois esses apartamentos se não tiver sustentabilidade econômica eles se favelizam. Eu vi em Pernambuco, um sanitário de um apartamento desses por não funcionar jogaram terra e transformaram aquilo, colocaram plantas dentro. Então essa preocupação é válida. Essa preocupação nós já deixamos patente, Santana, no Ministério das Cidades. Nós temos que descobrir uma forma de dar essa sustentabilidade. Independentemente das pessoas que estão

morando ali, existe ideias trocadas, uma das ideias é sempre criar um elemento comercial que a rentabilidade daquele elemento seja para a manutenção do condomínio.

Existe, agora, com a nova decisão da ANEEL que criou uma possibilidade do microgerador de energia, talvez, de transformar esses tetos desses empreendimentos verticalizados em fonte de renda para esse condomínio, mas a sua preocupação eu vou dizer, é pertinente, é válida e nós temos assistido o Brasil afora alguns problemas sérios com a manutenção desses condomínios.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Secretária falou. Então, eu vou passar a palavra para o engenheiro para ele me explicar quanto a questão desses equipamentos públicos.

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA – senhor Deputado, com relação aos equipamentos públicos, nós temos no Orgulho do Madeira, já o processo de chamamento público foi feito um, na verdade, e houve um problema, um descompasso porque o Banco do Brasil acabou não aceitando a empresa devido a cadastro, etc. Então, nós tivemos que refazer o chamamento público. Estamos agora refazendo esse chamamento público para a construção de duas escolas. Não obstante a isso, a lei, as portarias do Minha Casa Minha Vida possibilitam para que os entes públicos, em se tratando do processo que é muito dificultoso para a construção, como o senhor deve conhecer, que mitigue as ações para que entregue com mais celeridade as unidades habitacionais. Para isso nós providenciamos junto ao Estado e Prefeitura, providenciamos num raio de mil metros, próximo ao empreendimento as unidades e equipamentos públicos que possibilitam o atendimento dessas famílias que irão estar lá, e receberão parcialmente essas unidades. E aí, até a entrega total, nós estaremos, com certeza, construindo, edificando os equipamentos pertinentes àquele empreendimento, e assim sucessivamente com os outros, com o Calama I e II e também com o Porto Madeira.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Senhor Presidente, da Audiência, eu queria só perguntar para a nossa engenheira Mirce, que também faz o gerenciamento dessa matriz na parte da Prefeitura, se ela também tem alguma coisa para complementar, para nos ajudar.

A SRA. MIRCE DA CUNHA – Bom dia. A Prefeitura também tem tido essa preocupação e nós já entregamos os instrumentos assinados para o Banco do Brasil. Nós fizemos todo o trabalho com a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social para o atendimento a dessas famílias prioritárias. Além disso, nós solicitamos os 6% do contrato para que nós pudéssemos fazer o chamamento público e nós já estamos nessa fase, junto com a PGM trabalhando para que todos esses equipamentos sejam contratados o mais rápido possível. Então, assim, nós temos um tempo que estamos trabalhando nisso. Fomos ao Ministério das Cidades, trabalhamos com eles, e nós obtivemos a seguinte resposta: “nós vamos fazer”. Os 6% foi garantido, não foi recolhido esses 6%, está em contrato. Para o Orgulho do Madeira ele foi disponibilizado, apesar de que não havia ainda, no contrato,

esses valores, mas foi incluso no Orgulho do Madeira. Então, nós estamos fazendo, juntamente com o Estado, as escolas estaduais e as UPAs, não é? A questão da assistência da Saúde foi resolvida. O município irá colocar os médicos das famílias para atendimento prioritário daquela região. Então, nós temos equipe das famílias para atender àquela região, já garantido e assinado pelo Secretário e Prefeito.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Falamos muito só do Orgulho do Madeira. Mas eu queria perguntar para a Secretária, o município já me falou, citou vários empreendimentos que estão em andamento. O Estado, cadê a Valdenice, está aí? Eu queria saber, se os empreendimentos... porque a gente fala muito do Orgulho do Madeira, mas tem mais. Quantos, o Estado tem de obras em andamento e parado, hoje? De habitacional, de contrapartida só estadual e federal com contrapartida estadual?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Paradas não temos nenhuma, todas estão em andamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Todas. Você tem relação? E Porto Velho, são quantas hoje?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Porto Velho, nós temos o Orgulho do Madeira, o Porto Belo de I a V, Porto Fino, Cristal da Calama e todos eles estão em andamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mais tem a porcentagem de quantos por cento? Porque eu fui visitar lá, e na época estava tendo umas pessoas acampadas no Orgulho do Madeira, eu pude perceber que estava ali tudo em pé, exemplo, o empreendimento, estava tudo bem encaminhado.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Eu vou pegar um por um, aqui. O Porto Madeira I, ele está com percentual de 97,39% de conclusão; o II, 98%; o III, 98%; IV 96% e o V, 67%. O Porto Fino, está com 80% da obra concluída; o Porto Belo I, 94%; Porto Belo II, 94%; Porto Belo III, 74%; Porto Belo IV, 81%; Orgulho do Madeira, 92% da obra concluída. O Morar Melhor, ele está com 51% da obra concluída, Morar Melhor II, com 83%, esse é Ji-Paraná. Esse Morar Melhor I é Porto Velho, está com 51% da obra concluída; Ji-Paraná, está com 83% que nós não temos só os empreendimentos aqui. Cristal do Calama I está com 37% da obra concluída, I e II.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Total de empreendimentos... tem aí o total?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Não. só fui lendo, não fui pegando o total.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Chega mais de dez mil?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – 7.781.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – No total?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – É contando com o Orgulho do Madeira.

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - Deputado são 12.103 unidades.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA- Sem contar com Cristal, que é 2016.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Doze mil?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA – 12.103 unidades em Porto Velho.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Só Porto Velho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas todos esses Programas, Minha Casa... nesse mesmo Programa, não é?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Do mesmo Programa, que são esses empreendimentos que eu fui lendo e falando da porcentagem e conclusão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas a maioria tem casa também, e tem, no caso, apartamento?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Casa, o Cristal da Calama I e II.

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - Cristal da Calama e o Orgulho do Madeira. O Orgulho do Madeira, tem duzentos e sessenta poucas casas, o restante são todos os apartamentos em quatro andares, composto em edifício de quatro andares assim como Morar Melhor, também é todo apartamento. Só o Cristal da Calama, que é inteiro, duas mil e poucas unidades, quase três mil que é casa.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – 2.441.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou pedir para a senhora disponibilizar, para juntar aqui na cópia desse Processo, até para termos conhecimento disso que foi relatado aqui, para juntarmos nesse Processo aqui da Audiência Pública, para as pessoas também, eu próprio vou acompanhar. Mas tem uma que é só Estado, ou todas são mistas, é contrapartida do Estado?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Essa relação aqui, todos são os empreendimentos que o Estado é responsável. Aí, entra a parceria, o Governo Federal, que é através das Unidades Financeiras, Banco do Brasil ou Caixa Econômica e aos Municípios, que tem do Município de Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Rolim de Moura, Ariquemes, todos estão nessa relação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A maioria é Caixa ou Banco do Brasil?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – A maioria é Caixa.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Porque se fosse Banco do Brasil... pode esperar que vai, daqui a oito, dez anos.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Mas o que a gente tem que levar em consideração? Quando falamos do Banco do Brasil, o maior empreendimento é o Orgulho do Madeira, com quatro mil unidades, que também é um processo novo em habitação. Então, está sendo uma experiência, tanto para o Estado que assumiu essa bagagem de vinte mil unidades no Estado, no governo do Dr. Confúcio, quanto também para o Banco do Brasil, que entrou agora.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas olha só, tudo bem, é início, o Banco do Brasil vem, ele está financiando, mas a Caixa. Aí, eu pergunto para vocês duas aqui, é a mesma política, eu já ouvi falar que não, a forma de eles agirem é diferente, um tem a forma de aceitação, outro não tem. Então, o tratamento é idêntico, como é que procede? O Banco do Brasil, eu estou vendo aqui, o Orgulho do Madeira, viu Doutor, depois eu queria ver uma manifestação, se não tiver o aval do Ministério das Cidades, vai ficar parado por um bom tempo, 92%, já está faltando 8% do empreendimento, e se não entregar esses equipamentos públicos, vocês podem ter certeza, vão passar de um governo para outro governo e as casas vão deteriorar. Eu acho que vão chegar, tendo que fazer uma nova reforma, um termo aditivo para a manutenção. Eu queria saber essa resposta. É o mesmo perfil de rigidez?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - O Programa Minha Casa, Minha vida, é um só, a exigência é uma só, porém, cada Unidade Financeira tem um modo e uma maneira de trabalhar, tem os Regimentos deles e cada um funciona de uma forma. O Banco do Brasil, é privado e público, diferente da Caixa Econômica que é um banco público e já vem trabalhando habitação desde quando o programa foi criado. Então, existem as normas da Caixa e existem as normas do Banco do Brasil, portanto, não temos nem como comparar e exigir do Banco do Brasil que cobre a mesma coisa que a Caixa cobra. E assim, só para esclarecer. No final da obra quando a gente concluir as 4 mil unidades do Orgulho do Madeira, como o Cleiton já disse, as Escolas ou o posto de Saúde que a gente chama de equipamentos públicos, têm que estar em fase de conclusão da obra. O que é diferenciado, porque hoje nós estamos tratando de um empreendimento que tem 4 mil unidades e nós estamos buscando a liberação parcial, porque poderia deixar para entregar tudo no final da conclusão dessas 4 mil unidades. Mas, já pensando nas pessoas que precisam das moradias, que nós estamos pleiteando junto ao Banco, o Banco junto ao Ministério para que liberem a entrega parcial de 1.680 unidades. Então, não é uma coisa muito comum existir, é uma novidade também isso, porque a gente está num empreendimento com 4 mil unidades, buscando entregar 1.680. É novidade para nós, é novidade para o banco e novidade para o Ministério. Então, não é uma coisa que a gente consegue também desenrolar de um dia para o outro. Está demorado? Está. Mas é como o senhor mesmo disse, nós vivemos num país de muita burocracia e cada passo é um passo, a gente não tem como pular um passo e ir lá à frente.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA - Eu só queria um Aparte para explorar uma coisa muito importante que o engenheiro Maurílio falou. Com relação à tipologia de construção, isso tem que ficar registrado nesta Casa. Nós somos de uma região Amazônica, onde as pessoas gostam de criar galinhas, tem o seu cachorro, tem muito filho. Então, eu acho que realmente deveríamos engrossar esse caldo aí, chamado pelo engenheiro, essa atenção que ele colocou. Esse assunto é muito importante, é de brigar para que nossas características regionais sejam respeitadas, para que a gente consiga construir mais casas, para que o cidadão possa aumentar a sua casa, viver mais dignamente. Não precisamos empoleirar o nosso povo. Nós não estamos nessa fase ainda. Então, hoje a gente tem diversos empreendimentos verticais, e o que a SEMUR tem buscado junto a SEMA é uma tentativa de criar ambientes comuns, com muitas árvores. Estamos falando em pomar, estamos sonhando, tentando fazer com que lá embaixo ele tenha um ambiente agradável, que aquela criança possa pular, brincar, se esfarelar o dia todo e só subir no final do dia cansada para tomar um banho e dormir. Porque se não tiver esse ambiente de convivência lá embaixo, onde tenha a oferta, inclusive de brinquedos e de condições dessa criança pular e brincar, é impossível manter 05, 06 crianças no apartamento de quarenta e poucos metros quadrados. Então, a gente está tentando fazer a nossa parte para minimizar isso. Com relação à quantidade de famílias, nem se fala.

Nós temos o nosso laboratório é o Triângulo, aquele empreendimento que tem 187 famílias, nós já temos problema com tráfico de drogas, nós já temos problemas sérios de ameaça de morte com 187 famílias morando juntos. Agora, vamos ter um laboratório bem maior, com 4 mil famílias morando juntas para ver como é que se resolve isso. E eu também queria fazer um adendo com relação aos Projetos Sociais, isso eu não posso ocultar, até pela fala do nosso advogado ainda a pouco, que ele falou da responsabilidade do gestor público perante uma pasta, isso é muito sério. Quando nós assumimos a SEMUR, nós tínhamos 28 contratos com a Caixa Econômica, cujo desembolso último tinha acontecido em 2011, eram 28 contratos de Projetos Sociais indo para tomada de contas especial por falta de providências. Hoje nós temos todos eles reprogramados e aprovados com a Caixa Econômica e aí se insere todos os Projetos Sociais que vão acompanhar todos os Portos Madeira. E dizer também que o contrato, a contratação dos Portos Madeiras, do Porto Belo e Porto Fino, ele se dá com 02 proponentes: o Governo do Estado com a contrapartida financeira e a Prefeitura que também é proponente igualmente com o Estado desses empreendimentos porque entrou com todo o terreno para a construção dessas unidades habitacionais.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Só para... temos perguntas, duas perguntas eu vou fazer para você Márcia. Sobre a entrega parcial das casas, e quem garante que os restantes não serão invadidas? Isso é uma pergunta para a Secretária. Existe alguma, uma vigilância para que não haja invasão desses imóveis?

A SRA MÁRCIA CRISTINA LUNA – Esses imóveis do Porto Belo, Porto Fino, sim, tem vigilância, tem guarita. A gente tem

acionado constantemente em conjunto com a SEAS, tanto a SEAS como a SEMUR. Não tem sábado, não tem domingo que a gente não passe por lá e não entre em contato direto com a empresa, porque eles ainda estão sobre a responsabilidade da empresa construtora uma vez que eles não foram entregues. A maioria dos Portos Madeira que a Secretária Valdenice falou em 97%, 98% está faltando apenas o teste no poço de água tratada. Então, a guarda desses empreendimentos ainda é da empresa Construtora.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Certo. O Banco do Brasil, o SERASA são empecilho ou não para a assinatura do contrato?

O SR. JOÃO SANTANA – Já foi respondida essa pergunta aqui, que o SERASA não é impedimento de ser beneficiado na Minha Casa Minha Vida.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, quem não ouviu, não chegou ao momento, não é empecilho. Aí eu pergunto: os atingidos pelas enchentes, vocês sortearam 900, a política tanto a do Município como a do Estado, o que vocês estão fazendo? Existe já um quantitativo X para essas pessoas. Eu vou dar exemplo do senhor Francisco, que falou. Como é que fica a situação dessas pessoas?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Hoje os atingidos pelas enchentes estão sendo atendidos pela Central de Atendimento da Emater. Inicialmente foram reservados dois empreendimentos exclusivamente para eles que é o Porto Madeira III e o IV. Quando eu entrei na Secretaria, eu fui informada e vi in loco a resistência deles em aderir aos apartamentos. Muitas dessas vagas foram preenchidas por atingidos, como houve de certo ponto para frente resistência, essa demanda do Porto Madeira III e IV, pela necessidade de fechar a demanda dos empreendimentos, foram completadas com áreas de risco. Mas eu não tenho aqui o percentual de preenchimento com atingido e o percentual de preenchimento com risco, mas eu sei que o III e o IV era para isso. Como a gente passou todo esse espaço de tempo e não conseguiu atingir todo mundo pela falta de adesão e pela questão da renda, que muitas vezes extrapolou. A gente fez um pedido para a SEAS para que reservasse do Cristal da Calama 500 unidades para que a SEMUR gerenciasse exclusivamente para os atingidos. Então de forma alguma os atingidos deixaram de ter essa atenção especial. Quem ainda não aderiu a nenhum empreendimento, tem guardado 500 unidades do Cristal da Calama, exclusivamente para esse pessoal. Quem tem problema de renda superior, que está aguardando o Ministério da Integração publicar essa lista, também tem aí a segurança dessa reserva de 500 unidades que a SEMUR pediu para a SEAS e a SEAS já comunicou que atendeu e que reservou 500 unidades para a gente trabalhar exclusivamente com os atingidos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas esse Programa não é lá do Orgulho do Madeira, é outro Projeto que você falou.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Esse aí são casas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - São casas.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – São casas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Já existem recursos locados para a questão desses equipamentos públicos lá para o Orgulho do Madeira? Tem já?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Sim, os recursos já são previstos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Previstos. Aí já estão em qual fase que o senhor falou?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - O próprio FAR destina 6% do valor do empreendimento destinado a construção de equipamentos públicos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O senhor acha então que faltando 8% tem condições, é uma pergunta ao senhor que é o engenheiro. São quantos equipamentos para o Orgulho de Madeira, empreendimentos, são quantos empreendimentos de equipamentos?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - Na verdade é o seguinte, nós hoje estamos fazendo o chamamento público novamente para duas Escolas, uma de Ensino Médio e Ensino Fundamental, do segundo ciclo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Duas?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - Isso, e uma de primeiro ciclo. E também os outros previstos que é o Posto de Saúde. Está sendo utilizado um Posto de Saúde a 1.000 metros que está distante do empreendimento. Então, na verdade, o Posto de Saúde neste momento não será construído lá porque o programa faculta essa utilização de um Posto que foi ampliado, o Posto de Saúde ali foi ampliado pela Prefeitura para atender a demanda do Orgulho do Madeira.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, o Posto está tudo tranquilo? Então são dois Postos?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA - São dois Postos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, agora me aliviou. Duas Escolas?

O SR. CLEITON DE OLIVEIRA SOUZA – São duas escolas, o Posto de Saúde está próximo e depois... porque o FAR, ele dá uma sequência de prioridade. Primeiro a educação, aí depois a saúde, aí depois vem à segurança e depois o social. Na questão da Segurança também não vai ser construído um posto policial lá porque há 1.000 metros de lá, o Estado tem um posto policial, uma unidade policial que vai fazer atendimento móvel no Orgulho do Madeira.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Banco do Brasil tem ciência de todas essas informações? Ou vão informar ainda?

O SR. JOÃO SANTANA - O Banco do Brasil acompanha diariamente esses empreendimentos e a evolução deles.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Certo. É porque a gente vai ter que mandar o documento. Para mim é algo que realmente, como hoje representante do povo, Deputado Estadual, a gente fica analisando certas questões que são incabíveis, por algumas questões há rigidez, para outras uma flexibilidade. É uma coisa que causa realmente indignação. Mas como eu digo, disse aqui, eu já estou só aguardando o dia da reunião com o Governador do Estado de Rondônia, para ele tentar interceder junto ao Ministério, junto ao Banco do Brasil para resolver essa situação. O que não pode é igual eu ouvi de uma senhora lá, que ela não aguentava mais passar o Natal, está pagando aluguel e ela queria comer, no caso as festas de fim de ano dentro do apartamento dela. Mas infelizmente eu estou vendo aqui que não vai ter prazo suficiente para a entrega desses apartamentos aqui. Infelizmente a verdade tem que ser dita. Pode ter, eu estou ciente, estamos cansados de ter, a gente precisa de efetivação, de respostas realmente que tragam conforto. Eu vejo o empenho da Dona Márcia, da Dona Valdenice aqui, da sua equipe, mas são entraves que a gente tem que tirar, e esta Casa aqui tem que buscar se é para alterar Leis, normas estaduais, temos que buscar alteração. Eu vi quanto a questão de uma Lei Municipal que veda ou não existe Lei que regulamenta a situação, tem que buscar junto a Câmara de Vereadores, com o próprio Prefeito Mauro Nazif para que encaminhe um anteprojeto ou um projeto de lei para a Câmara, para resolver.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Mas aí, Deputado, eu vou discordar do senhor. Existem normas urbanísticas e essas normas urbanísticas visam assegurar o cumprimento das Leis em benefício da população. Então, se hoje a Legislação Urbanística determina que não exista recebimento parcial porque o empreendimento tem que ser aprovado na sua totalidade, existe outras formas de resolver. Então, assim se a Lei não pode ser mudada, eu como gestora eu posso assegurar que eu tenho infraestrutura suficiente para atender aquele pessoal, sem necessidade de mudar a Lei. Eu acho que é uma questão de bom senso, precisamos ter bom senso à frente dos órgãos que assumimos e não ter medo, porque quem tem medo não tem que sair de casa nem de manhã para trabalhar. Porque na hora que você bota o pé para fora você já está correndo risco. Então, esse risco que corremos é inerente da pasta que assumimos. Então, se eu tenho problemas e eu tenho que resolver colocando a minha assinatura lá e eu estou consciente como cidadã que eu estou fazendo a coisa correta, eu não tenho medo, sem precisar mudar a Lei. O que a gente precisa é acelerar, ter bom senso. Eu estou otimista. Eu sou uma otimista incorrigível. Eu acho que o discurso é esse. Ou entrega, ou a gente corre o risco de invasão. Esse é o discurso, os apartamentos têm dono, todo mundo já sabe, inclusive, onde vai morar, a SEAS já fez o sorteio de endereço. Então,

não tem porque esperar, vamos agilizar, vamos fazer uma corrente do bem, os Deputados, o Governador, o Banco do Brasil, falando direto com o Ministério das Cidades, hoje nós temos lá um Secretário Nacional que é bem acessível, o próprio Ministro das Cidades também, então, por telefone mesmo: “Ministro, ou a gente entrega isso ou então vai ser invadido e o Ministério das Cidades vai arcar com essa responsabilidade, porque a gente já fez tudo o que tinha que fazer aqui”. Eu sei como a Secretária Valdenice falou, não depende mais de nós porque quem marca a entrega das chaves é a Presidência da República, existe uma solenidade toda produzida pela Presidente da República. Então, vamos atrás da Presidente da República e dizer: “Presidente, precisamos entregar isso”.

Então, para isso que a democracia nos ajuda, nós temos a sua ajuda do nosso lado, isso não é pouca coisa, vamos fazer uma frente do bem; falar, se possível, com a Dilma lá em Brasília, mas a gente vai entregar isso até o final do ano garantir o Natal e o Ano Novo cheio de alegrias para essas famílias que já sabem até o endereço delas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É. Vamos lá. Então agora a Secretária já tem uma que realmente, eu fico feliz na sua fala e com certeza se é do âmbito federal tem que chegar e falar mesmo: “O que falta? Não falta mais nada, entrega e acabou”.

Tem uma pergunta aqui sobre a questão do recadastramento: “gostaria de saber sobre os constantes recadastramentos feitos pelo Governo, já fizemos vários cadastros e até o momento não fomos contemplados”. Existem realmente esses recadastramentos, Secretária?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Eu acho que é por conta das entrevistas que eu dei essa semana. Eu estou fazendo o chamado, o último chamado daquela lista de 2011 da Prefeitura e aí se fala de recadastramento, na realidade eu estou chamando os remanescentes, 417 famílias que participaram lá em 2011 de um evento que até hoje não apareceram na SEMUR, elas têm direito ao Cidade de Todos IX são os empreendimentos da Prefeitura. Não vindo, essa lista fica sem efeito e o próximo passo tanto da SEAS como da SEMUR é promover um novo chamamento público, um novo evento público para formar um novo cadastro habitacional de demanda de Porto Velho que valerá por dois anos para a gente sortear os próximos empreendimentos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Deputado, aproveitar o momento. Nós hoje estamos trabalhando na SEAS com várias etapas, a Etapa do Orgulho do Madeira, que já está assinando os contratos com o Banco, a Etapa dos Atingidos pelas enchentes que também são do Orgulho do Madeira, os 704 que estão na fase de trazer os documentos lá na Emater para se montar o dossiê para que seja encaminhado ao Banco, o Porto Madeira que já foi feita essa relação e encaminhada para a Caixa Econômica e ainda os últimos sorteados de julho e agora de setembro que também estão sendo notificados a comparecer na Emater trazendo os documentos para que se monte os dossiês.

Então, são vários empreendimentos e várias ações acontecendo ao mesmo tempo. Então, quando as pessoas forem chamadas a comparecer seja na Emater ou na SEAS tem que comparecer para ver que fase elas estão e porque estão sendo chamadas, isso é fato.

O SR. JOÃO SANTANA – Deputado, aproveitando o momento eu quero dizer à Mesa e aos presentes que a SEMUR, a SEAS, o trabalho que tem feito com todos os empreendimentos das quais participam o Banco do Brasil ou até mesmo a Caixa Econômica é reconhecido pelo Ministério das Cidades como um trabalho mais transparente e que respeita todos os procedimentos das Portarias do Ministério, isso já é reconhecido pelo Ministério, que o trabalho que tem que ser feito aqui em Rondônia é um dos melhores do Brasil, o senhor pode ficar tranquilo quanto a isso e os beneficiários também que esse trabalho que está sendo feito de acordo com o Regulamento, com a Portaria do Ministério e que respeitando todos os direitos e os beneficiários que tem em relação ao programa e é um trabalho muito bem conduzido e reconhecido por isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já finalizando, o horário, já são 11 horas e 25 minutos, e eu queria, só quem fosse falar, só pergunta mesmo. Então Ezequiel, pode ir.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Eu acredito, Deputado e presentes, que uma Audiência dessas de grande importância e frisando aqui o que a nossa amiga acabou de falar, que o Ministério, está muito feliz com tudo isso, porque o Ministério a gente acompanha nas redes sociais, na mídia que a maior alegria para ele é entregar a Minha Casa Minha Vida no Brasil inteiro, e quando isso acontece, ele faz uma grande notificação na mídia, na imprensa. Então, o meu sentimento do fundo do meu coração, é que hoje nós possamos saber através da palavra de cada pessoa que o Ministério, está ansioso para receber essa documentação que tem que ser dirigida pelo Estado para ele poder liberar. E já não está as mil maravilhas, eu tenho certeza, se chegar hoje, ele já tem lá, talvez, até uma pré-agenda para o Presidente vir entregar, porque eles enviam o recurso, e tem um prazo para entregar, já foi o prazo. Então, eu queria saber quando que as autoridades vão entregar? Principalmente, Deputado, essas primeiras pessoas do Orgulho do Madeira, porque já está tudo pronto, como ela está falando, esse ano ainda as pessoas passarem esse Natal. Então, eu quero pedir para as autoridades, para o pessoal do Governo, do Banco, que pegue e mande esses documentos para o Ministério, porque eu tenho certeza que na hora que chegar lá vai ser automaticamente resolvida essa situação para nós não ficarmos aqui, saindo daqui: “Não. A culpa é do Ministério que não liberou ainda”. Não liberou porque nós não mandamos os documentos ainda. Só isso mesmo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só para corroborar com a ideia do Ezequiel, existe uma tratativa. Quem é da Pasta que tem esse canal de diálogo com o Ministério das Cidades? Vocês têm esse contato com eles para informar: “olha, está nesse ponto, à gente está encaminhando documento segunda-feira”. Tem essa tratativa? tem?

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Tem, Tem sim. A gente tem canal aberto lá com os Técnicos do Ministério das Cidades, Ministros não.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Sim. Um representante.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Ministro fala com o Governador, fala com o Prefeito, mas a gente tem, chega ser uma amizade, precisou de capacitação, eles tiram dúvidas, eles mandam técnicos. Então, eu só queria registrar que toda essa corrida contra o tempo, ela também tem um fator novamente a fala do nosso advogado lá atrás. Essa demanda habitacional, tem que ser começada a providenciar quando o empreendimento atinge 40% da obra física, agora com o Cristal da Calama nós estamos fazendo direitinho, atingiu 40% da obra física a luz vermelha acende, está na hora de chamar o povo, começar a cadastrar e aí quando o empreendimento termina, você está com tudo redondinho, como isso não foi feito lá atrás, nós estamos nessa corrida contra o tempo, os empreendimentos com 99%, 97%, 98% de obra física e a gente ainda está trabalhando na demanda. Então, isso aí é o resultado de uma falta de ação, lá atrás.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Você quer falar?

O SR. JONES SOUZA – Só para registrar aqui, Secretária Márcia, e eu acabei me esquecendo na minha primeira fala, eu estou com um documento aqui e é a respeito dos espaços, dos equipamentos comunitários, no empreendimento do Candelária que fica lá entre o Marcos Freire e o Mariana; muitas pessoas já estão ocupando os espaços que eram para ser construído, equipamentos comunitários. E salientar aqui Deputado, que essas doze mil unidades... vocês vejam bem, nós estaremos resolvendo a maior parte das ocupações da cidade de Porto Velho, porque a maior parte das pessoas que estão nas ocupações, é porque não tem onde morar. Então, todo o empenho que esta Casa fizer, Deputado, todo empenho que este Governador fizer, todo o empenho que a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária fizer em cima desses empreendimentos, nós vamos está resolvendo o maior problema de Porto Velho, que é a questão da moradia. E aí, já deixar a denúncia aqui, eu quero protocolar com a senhora, a respeito dos espaços comunitários lá do Candelária, que fica ali próximo, algumas áreas que foram deixadas para serem construídas e até hoje, não me lembro qual é a data do Candelária, aquelas casinhas lá, mas já está sendo ocupado, já está ocupado. Eu gostaria depois, que a Secretária recebesse esse documento, tomasse as providências, porque as pessoas estão ocupando o que era para serem os equipamentos comunitários.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – Eu só queria responder logo você. Esses projetos sociais que eu falei lá atrás, que estavam todos parados, nós estamos retomando todos. O Cidade Todos I e II a mesma coisa, a área verde que era destinada a comunidade, hoje é uma área abandonada, que o pessoal joga lixo, e que também já tem ocupação, inclusive, de comércio. Então, estamos retomando esses projetos sociais,

chamando a SEMA para conversar no que é exclusivo da Prefeitura, para tentar resgatar essas áreas e fazer espaço de convivência, é o que a pessoa precisa diante de um sol escaldante como a gente tem aqui, e dizer que a gente precisa reestruturar a SEMUR. A SEMUR, ainda continua com uma estrutura muito pequena diante de tudo o que está acontecendo no Município. Hoje são quinze ocupações irregulares, são oito milhões de projetos sociais tocados pela SEMUR, com uma equipezinha, do tamanho de nada. Recentemente, nós mandamos para a Câmara dos Vereadores, uma divisãozinha de fiscalização que a gente precisa para acompanhar os empreendimentos, e a Câmara não aprovou, uma divisão de fiscalização para a SEMUR. Então, como não aprovou, eu estou agora sentando, tentando reestruturar corretamente a Secretaria e vou voltar a Câmara dos Vereadores para mostrar o que é que eu tenho feito, e cobrar da Câmara a aprovação de uma reestruturação, que é impossível tocar uma Secretaria daquela, com a quantidade ínfima de funcionários que eu tenho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu tenho umas perguntas.

Só para esclarecer, Secretaria Valdenice. O prazo de entrega desse documento vai ser essa semana ainda? Do documento. Estou falando do documento. Hoje? Todos vão assinar e vão entregar para o Banco do Brasil que encaminha para o Ministério. Como é que é isso?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Hoje, o Banco do Brasil vai encaminhar para São Paulo, que é o Presidente do Banco e daí é que vai fazer a análise. Mas o senhor João vai explicar melhor como é que vai ser.

O SR. JOÃO SANTANA - Eu recebendo o documento, eu mando para uma unidade do Banco, que cuida desse assunto lá em São Paulo e vou monitorar diariamente a entrega ao Ministério, para ser o mais rápido possível a decisão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou pedir para a senhora encaminhar uma cópia para mim, para eu juntar também no processo, é o requerimento 279. Então, as pessoas que estiverem presentes e se alguém quiser ter acesso a todos os documentos, que eu pedi aqui, que são cópias desses andamentos, e aí se o Município tiver interesse em encaminhar para nós, para a gente acompanhar também, porque é como eu digo, é somar, não meramente se ficar aqui, só criticar. Eu sempre digo, tem que chamar e ter soluções para os problemas. Quando eu digo, a questão da Lei, é a burocracia, portanto, busca sempre sanar esses problemas.

O Brasil vive por situações, é tanta coisa, são tantas denúncias, e ainda tem esses entraves, que para mim, como nós somos hoje o Parlamento estadual, se estiver a nossa altura, encaminha esse Projeto, isso é para a gente sanar este problema. Mas eu vejo que é de âmbito federal, e aí já tem uma alçada maior. Então eu vou pedir, só confirmar para as pessoas presentes, os Presidentes de Associações, as pessoas que tiveram a fala, eu vou confirmar a agenda, vou pedir ao Presidente da Casa, o Deputado Maurão, é uma pessoa sensível, partilha da nossa luta, quanto à questão de moradia, de educação. Então, é um Presidente ativo, que esta Casa

realmente, não vou falar dos antecessores, porque o Deputado Hermínio também foi um Presidente excepcional, mas o Presidente Maurão, ele vem tratando essas questões sociais, de forma conjunta conosco. Então, todo Deputado que tem uma demanda, ele sempre está presente e ativo nessas ações.

Então, era isso, eu vou juntar cópias desses documentos, eu vou confirmar essa agenda do Governador, espero também, e se for necessário, já vou pedir autorização desta Casa, fazer um Requerimento, porque eu sou o Presidente da Frente Parlamentar que também acompanha, e por quatro anos, estarei nessa questão dos atingidos pelas enchentes. Dizer também, Secretária, que causa uma preocupação e é com a senhora, não é mais com o Município, o Município pode também, esse Nova São Carlos e aquele empreendimento que seria lá, inclusive o Dilma Rousseff teve uma Audiência... que também parte desses terrenos seriam locados, para essas pessoas que foram atingidas. Como é que está o andamento? Nova São Carlos e a situação lá do lado do rio, da Aliança, Nova Aliança? Maravilha, não é? Como é que está essa situação? Porque a Dilma Rousseff ainda existe pessoas ocupando aquela área. Até tinha um prazo, que o Estado está pagando o valor de R\$ 400,00, e o prazo seria de seis meses, está finalizando o prazo e eu queria, eu passei por lá recentemente, e ainda está a mata fechada. Então, é essa a situação. Nova São Carlos e Maravilha, como é que está essa situação?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Bom, é, São Carlos, a Prefeitura na pessoa do Secretário Elarrat, que é o responsável pelo projeto de urbanização da área. A última reunião que nós tivemos lá na SEAS, com o representante da Comunidade, esse projeto está na fase final já. Então, o Estado até pode entrar em parceria, para fazer essa urbanização mais rápida, como foi uma ordem até do Dr. Confúcio, que nós entrássemos com o DER, mas precisa que os projetos estejam prontos. Lá na área Maravilha, nós estamos na fase de trâmite da documentação, INCRA, SEDAM para a liberação ambiental e fazendo o levantamento da madeira que se encontra dentro da área. Porque nós não podemos entrar com as máquinas do DER lá, simplesmente jogando toda a madeira no chão. Então está sendo feito um levantamento da madeira que existe no local. Essa madeira vai ser retirada para ser usada por um projeto social da SEJUS, aí, após a liberação tanto do INCRA na parte da documentação, quanto da Sedam na licença ambiental, as máquinas do DER vão entrar para fazer o arruamento. A CAERD já entra em seguida fazendo toda a parte que ficou acordada na última reunião com o Dr. Dimis.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A última reunião que teve sexta, não foi?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Não. Eu estou dizendo lá da mediação, ainda. Sexta-Feira agora nós tivemos uma Audiência Pública, mas foi mais para identificar as pessoas que estão na área. Existe uma quantia de família lá ainda. Das famílias que lá estão, 16 assinaram aquele acordo com o Estado, em maio, para sair até o dia 15 de junho. Estão recebendo e não saíram. Existem outras famílias que não foram identificadas nem nos nossos cadastros anteriormente, nem pelo Juiz que entraram depois. Então, essas famílias, o Juiz vai chamar uma a uma, a partir de hoje lá na 1ª Vara, vai ser audiências individuais com a Justiça. Aí nós só vamos acompanhar com Assistente Social.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O prazo era 06 meses. Já finalizou, eu acredito, está finalizando os 06 meses. De forma efetiva o que foi, o que caminhou? A senhora pode falar, os seus assessores têm como informar? “olha, andou nisso, nós tivemos isso...”. Qual foi o trâmite realmente completo?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Os 06 meses finalizam agora em dezembro, início de dezembro.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Até lá a gente tem alguma evolução quanto à questão dessas documentações, da SEDAM?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – A documentação é a CGP que está encaminhando, não é a SEAS. A CGP que é o nosso querido Fortunato, junto com o Dr. Carlos que é a parte do patrimônio do Estado. Aí já não diz respeito a SEAS. A SEAS, o nosso compromisso é ficar se reunindo com os órgãos responsáveis para se encaminhar e fazer o pagamento que é a transferência de renda.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A SEAS ficou com essa parte?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA - Com essa parte.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – O que eu acompanhei dessa situação. Recentemente tivemos uma reunião, inclusive com o MAB, na SEAS e chamamos todos os Secretários envolvidos. Das 05 áreas que o Governo adquiriu, apenas uma tem a documentação completa, até agora. E com relação a São Carlos, a gente já finalizou o projeto urbanístico. Não tem a documentação do terreno. Eu própria fui com a equipe de arquitetura da UNIRON, um convênio que a Prefeitura fez com a UNIRON e participei ali de todo o levantamento, até porque o meu filho mais novo estava na turma. Então, eu fui como mãe e como Secretária. E pude ver as marcas da enchente ali, uma coisa que dói no coração.

Falta documentação ainda para continuar com o processo.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu tive numa reunião aqui, para discutir a situação lá daquelas chácaras do Jardim Santana, e aí estavam os dois Antônio e a situação era por conta de uma área que é da SPU, uma área do rio, parte que fica próximo. E ele falou: “não, pode fazer, formar, iniciar os projetos que a gente autoriza. Isso é coisa mínima”. E já vai fazer quase 04 meses e até o presente momento ainda não houve efetivação por parte da abertura. Aí faltava esse projeto. A senhora está trazendo aqui essa informação que já finalizou o projeto. Então, o DER, e aí não é com a senhora, o DER teria o compromisso que a partir que tivesse finalizado essa situação desse projeto e autorização da própria SPU, o maquinário do DER já iria entrar lá para fazer os cortes necessários lá, a questão de ruas, topografia. Então é isso. Eu vou oficializar, viu seu Francisco? não é só o seu Francisco, tem muitas pessoas que se encontram ainda nessa situação de retornar a essa área que sempre dependeram da cultura da pesca e realmente

sobrevivem da pesca e vive ali naquele local mesmo. Nasceu e se criou ali e não podemos retirar eles dessa forma agressiva, não é? Então, eu vou oficializar agora ao DER, buscar junto a SPU essas informações, porque aqui a gente estava discutindo o Orgulho do Madeira, discutindo esses empreendimentos que também, no meu olhar, tem que ter essa participação também porque várias pessoas foram atingidas...

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – É o mesmo assunto.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É o mesmo assunto também. Então, a gente precisa ter essas informações. A SEAS, como ela já me informou, ela garante a questão da subsistência, não é isso? O repasse, a transferência de renda. Aqui foram convidadas várias pessoas, mas para mim me satisfaz, que foram o município, o Estado, o Banco do Brasil, era para estar a Caixa Econômica também aqui, inclusive, eu tenho que notificar também. Aí veio também o Presidente do Sindicato e as demais pessoas interessadas. Então, eu vejo, não é uma luta que iniciou agora e que também não vai parar por aqui. A gente tem que continuar lutando e buscando soluções efetivas e reais para essas pessoas. É lógico, problema todos os dias tem. A gente não pode, como bem disse, ter medo do enfrentamento, não é? Isso é a fala da Secretária Márcia. Realmente se tiver medo de viver, ou seja, dos problemas, então é melhor ficar dentro de casa, dentro do quarto enclausurado. Então, não é isso. Quem assume a sua Pasta, assume uma Secretaria, seja um Superintendente, seja qualquer função, ele deve ter ciência que tem ônus e tem o bônus, não é? Então a gente tem que viver com esse conhecimento, com essa certeza que vai ter problema sim, não vai ter só mil maravilhas. E a gente está aqui para somar também. Eu sempre deixo claro, aí eu volto também à situação de que logo no início do meu mandato foi à questão da Figura A e aí eu já tive informações, eu posso confirmar com a senhora que até final de dezembro haverá a entrega de parte da Arigolândia. Tem essa parte aqui. Então, é algo que me deixou feliz porque são quase 100 anos, foram os bairros que iniciaram a questão aqui de Porto Velho e até o presente momento ninguém tem a sua escritura pública. Então, agora...

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA – A gente tem trabalhado muito nisso. A parte de levantamento da poligonal já foi fechada, a parte de topografia, lote a lote, desses três primeiros bairros já foi fechada, e aí, por que esses três primeiros bairros? Porque eles respondem com quase 90% da demanda. O restante é bem recortado. E a gente, agora, está na fase, a SPU só licitou do Ministério a doação e a transferência dessas áreas para o município. Então, chegando isso, a parte de cartórios, a gente também já está vendo. Os cartórios levantando, desses três bairros, o equipamento urbano sai, o que é do Estado sai, fica apenas o que é da SPU. E o que já foi registrado também sai. Então, é o grande recorte. É um joguinho de xadrez lá. No Cartório, a gente tem duas pessoas trabalhando só nisso, junto com o Marco Aurélio, da SPU. Está andando. Agora, mesmo que a gente não consiga que essa transferência da União finalize a ponto de escriturar, no momento que finalizar, e finaliza até o final do ano, o Antônio já está nos garantindo isso, a Prefeitura deixa de cobrar aquela taxa, aquela taxa da União. Então, isso

já é um presente de fim de ano para as pessoas, teve gente que enfartou e que morreu por conta disso. Então, no momento que essa transferência da União para o Município se efetivar, imediatamente a Prefeitura já comunica para aquelas pessoas que cessou o pagamento daquela taxa de uso do solo.

O SR. MAURÍLIO VASCONCELOS - Deputado, eu queria só um encerramento.

Deixar um convite para o senhor e para os Deputados que quiserem fazer uma visita ao empreendimento Cristal da Calama, um dos melhores empreendimentos Minha Casa, Minha Vida feita no Brasil. O senhor vai ver a qualidade do empreendimento, isso é testado pela Secretária Márcia, que já mandou essa informação, o Banco do Brasil, está sempre lá com a gente também. Isso é feito com o Banco do Brasil, e a Secretária da SEAS, a Valdenice, já esteve lá também. Eu gostaria que o senhor conhecesse esse empreendimento. Cristal da Calama é no final da Calama.

O SR. JOÃO SANTANA - Deputado, eu quero agradecer a participação dessa Mesa e dizer a esta Casa que o Banco do Brasil, é parceiro do Estado, do Município e desta Casa também, na gestão desse Programa. E que o Banco do Brasil, na realidade, cumpre as regras do Programa, ele faz todo o esforço e coloca a equipe de funcionários do Estado e aqui de Porto Velho, na melhor gestão possível desse Programa para que os beneficiários recebam o empreendimento como ele foi programado, como ele deve ser. E que o Banco do Brasil, já está à disposição e acolhe todo e qualquer pedido ou demanda desta Casa, ou dos nossos entes públicos que são parceiros do Banco.

Muito obrigado.

A SRA. MÁRCIA CRISTINA LUNA - Agradecer a participação aqui nessa Audiência brilhante. Estava na hora, foi de bom tamanho e a população precisava de esclarecimentos como a nossa Secretária falou, é muita coisa acontecendo de uma vez só, chama para o Porto Madeira, chama para o Cristal da Calama, sorteia para o Orgulho do Madeira, sorteia só para empreendimento da Prefeitura, a população fica perdida, e fala: “e eu, e eu”? Então, assim precisa de informação. A gente tem procurado a imprensa, acalmado o pessoal, os atingidos são nossa prioridade, estão garantidos. E agradecer a todo mundo e dizer, que, não é por falta de esforço que a coisa não vai acontecer, estamos juntos, somos fortes.

Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Secretária.

A SRA. CRISTIANE DA SILVA SOUZA - Quero agradecer neste momento...

Bom, eu esperava ter uma notícia boa para todos os moradores do Orgulho Madeira, mas, vamos esperar mais uns dias, ou mês, alguns anos para a gente entrar nas nossas residências.

Obrigada Deputado Jesuíno, por essa oportunidade de está aqui com os senhores.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Só quero agradecer a oportunidade de ter vindo aqui para esclarecer

algumas coisas. E dizer para as pessoas que estão aguardando as suas moradias, que nós estamos trabalhando dia e noite, como a Márcia disse, não é só a SEMUR, mas a SEAS também. A gente tem trabalhado fora do horário, domingo, sábado, para que atenda a demanda o mais rápido possível e o que depender de nós, já estamos assumindo esse compromisso que nem era para a gente está assumindo, nós estamos ali, não é, seu João? Assinando para enviar para o Banco, garantindo uma construção, garantindo os equipamentos públicos, o acesso, a iluminação pública. Nós estamos assumindo uma responsabilidade junto ao Banco, junto ao Ministério, para agilizar essa entrega. Então, hoje, nós estamos assinando enquanto Estado, a Márcia e mais o Secretário enquanto município. Então, esse já é um passo que eu acho bastante importante para a gente tentar resolver o mais rápido possível, e lógico que, o que depender de nós, também do Banco, da última vez que eu estive lá no Banco com o Superintendente, o Pio. A preocupação é conjunta, é do Estado, é do Município e é do Banco, e com certeza do Governo Federal, também, de que a etapa final é a entrega. E nós queremos entregar, e a gente não vai sair daqui dando data, que seria irresponsável da nossa parte, mas, nós estamos lutando para que entregue essas moradias ainda esse ano, e não só essa parte do Orgulho do Madeira, mas como outros empreendimentos que já estão em fase final de andamento junto a Caixa. E ninguém mais do que nós, estamos preocupados com isso, não são só os moradores que estão preocupados, nós também estamos. Como a Márcia disse, ela chegou em fevereiro na SEMUR, e eu cheguei em fevereiro na SEAS, então, nós pegamos o processo andando, e deste então, nós estamos, Município, Estado, procurando sempre o Banco. O Banco do Brasil tem sido parceiro, toda vez que a gente procurou tanto o seu João, quanto o Alan, quanto o Pio, eu nunca vi um Superintendente tão acessível como Pio tem sido para nós, ele não tem hora, quando a gente chama, ele vem, quando ele chama, a gente vai. Então, nós estamos tendo essa boa relação, todos os entes envolvidos para que a entrega seja o mais rápido possível. Quero só pedir que vocês tenham um pouco mais de paciência, nós divulgamos a lista das pessoas que ainda faltam assinar o contrato com Banco, vocês que convivem, que conhecem essas pessoas, peçam para que venham assinar, porque também não adianta a gente resolver toda documentação e ter contrato pendente, porque não vai ser entregue do mesmo jeito. Então, as pessoas que ainda não assinaram, que estão na relação de beneficiário para assinar naquela lista dos 976, que procurem o Banco para assinar o mais rápido possível.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – A SEAS, já deu a publicidade?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Sim, já. O Banco, a SEAS, nós já publicamos, inclusive, no Diário Oficial e tudo, essa lista.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mais é muito, Secretária?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Eram 78.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – 78.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Foi publicado 78.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, 78, e se não houver, tem um prazo. Não tem um prazo? Se eles não vierem?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – O prazo é porque o contrato já está feito, eu vou passar para o senhor João, falar, mas, não existe um prazo, o prazo é a necessidade de ser entregue.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, das 978.

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – 76.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – 76, apenas 78 não entregaram, é isso?

A SRA. VALDENICE DOMINGOS FERREIRA – Não assinaram o contrato, e não foi por falta do Banco, eles estiveram na CAERD, aí restaram esses 78 sem assinar. Já foi feito contato, e tudo, alguns infelizmente trocam de telefone, não passam para a gente, aí não se consegue entrar em contato com essa família, e só falta à assinatura do contrato.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Tem uma pergunta aqui, que no dia, me recordo do senhor, uma Audiência, e aí todos aqueles problemas do Bombeiro, eu me recordo que tinha uma situação do Bombeiro. Foram sanados todos? Então, não falta mais nada, só essa situação documental mesmo.

O SR. JOÃO SANTANA – Os problemas que existiam de infraestrutura no empreendimento, foram trabalhados pelo Estado e Município para que eles ficassem parcialmente prontos para a entrega dessas 976 unidades que estão com contratos em fase de assinatura, faltando a conclusão de 78 pessoas no último levantamento que foi feito. São pessoas, dessas 976, são pessoas beneficiadas, certo que serão moradores com endereços já nominados. Os beneficiários só têm que assinar o documento, porque esse documento tem registro em cartório para que seja legalmente constituído o proprietário do imóvel. Então, a falta da assinatura do instrumento interrompe a entrega ao beneficiário do bem que foi confiado. Então, é necessário que faça assinatura para que seja encaminhado a cartório e tenha o registro da sua unidade. O Banco trabalha por isso, em parceria com o Estado para que essas pessoas venham até o Banco e assine o instrumento. Agora, a data de entrega vai depender das ações que nós vamos fazer junto ao Ministério, para que ele defina uma data para que entregue parcialmente o empreendimento. Logicamente que esse documento que o Estado e a Prefeitura estão assinando, dizendo que os equipamentos públicos atendem aos moradores que inicialmente vão morar no empreendimento, é um argumento para que o Banco trabalhe junto ao Ministério, que é suficiente para atender a população que vai entrar lá. Então, o documento nada mais é do que um argumento para o Banco para que ele pleiteie e consiga autorização para entregar o empreendimento

e que sensibilize o Ministério, que o empreendimento já é passivo de ser habitado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, para mim ficou acordado que é uma Ata sucinta, foi falado, gravado e eu quero também que a senhora encaminhe 76, 78 nomes para nós, porque eu vou pedir para o Presidente desta Casa, o Presidente Maurão, que encaminhe para a rádio, televisão que é uma questão de utilidade pública, que esses órgãos estejam na rádio, televisão e sites, dê ampla publicidade com esses nomes para procurarem, no caso, a CAERD, que é o órgão que está lá, que está sendo responsável por esse cadastramento para sanar esse problema. Então, eu peço para vocês, encaminhem para esta Casa que eu vou pedir para o Presidente Maurão fazer esse pedido, para rádio, televisão chamar essas 78 pessoas. Ficou, a senhora bem disse, vai encaminhar o documento hoje, eu vou pedir uma cópia para somar e buscar junto ao Ministério, e se for necessário a gente vai à Brasília junto com o Governo, se tiver compromisso do Governador do Estado de Rondônia ir à Brasília também, vai ser salutar depois dessa reunião que eu vou ter essa agenda também. Então, a gente vai agora unir e se Deus quiser, se a gente fizer essa participação, essa união, esses empreendimentos, parte desses empreendimentos Orgulho do Madeira, 976 casas serão contempladas, e essas pessoas estarão no final do ano comemorando as datas comemorativas. Queira Deus que isso aconteça. Então, para finalizar...

A SRA. CRISTIANE DA SILVA SOUZA – Senhora Val, se a gente não encontrar essas famílias, 78 pessoas, elas vão ser eliminadas? Elas vão ser desclassificadas de ganhar a casa?

O SR. JOÃO SANTANA - A entrega da unidade, tem que ser mediante um instrumento que valida a propriedade do imóvel. Se a pessoa, enquanto ela não comparecer ao Banco para assinar o instrumento, não tem autorização para entregar o bem, que é o imóvel. Então, ou ela comparece agora... se ela comparecer, aí tem que verificar as regras do programa, se ela comparecer um tempo posterior, até quanto tempo limite é aceitável esperar a pessoa receber a unidade, porque pode ser que dentre uma pessoa dessas 78, se ela mudou do Estado de Rondônia, abandonou o programa, vai ter que chamar outra pessoa.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Porque a preocupação que foi falada aqui, enquanto não chamar os 900 e poucos, ou completar, pode prejudicar os demais. Então, a preocupação, é o prazo que deve ter, se existe esse prazo, o mínimo, se chamou, fez outro chamamento, ele não vai, aí vai ficar até quando?

O SR. JOÃO SANTANA – Não necessariamente, os gestores dos programas que o Estado e Município, vai chegar um determinado momento que tomar a decisão de quem será efetivamente beneficiário daquela unidade até o tempo limite que vai respeitar aquela contemplação que já foi gerado um contrato e que o beneficiário não compareceu para formalizar o instrumento que lhe concede o imóvel.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Doutora Valdenice, é com a senhora Secretária. Se ele não vier, aí tem um prazo razoável, como disse aqui o gestor do Banco do Brasil, o

Superintendente. Vocês têm essa autonomia de buscar, chamar o restante. Então, fica... vocês têm, isso que foi falado aqui...

O SR. JOÃO SANTANA – Basicamente respeitado o regulamento do programa. Vai ter que observar o regulamento do programa até quanto tempo possível esperar que esse beneficiário compareça.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Eu vou finalizar, já passa das 11 horas e 58 minutos.

Vou mandar, novamente eu quero pedir que encaminhe um prazo razoável a questão das documentações inerentes aos empreendimentos que estão caminhando, esse documento que vão ser encaminhado hoje, vai ser assinado para a gente anexar nessa Audiência Pública que é um processo e vai ficar arquivado.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente **A u d i ê n c i a** Pública e convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre da Assembleia.

Muito obrigado a todos.

**(Encerra-se está Audiência
Pública às 11 horas e 59 minutos)**

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 105/2015

Altera e revoga dispositivos da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. O § 1º do artigo 28 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. Na sessão legislativa extraordinária somente se deliberará sobre as matérias constantes da pauta de convocação.”

Art. 2º. Fica revogado o § 2º do artigo 28 da Constituição Estadual.

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado HERMÍNIO COELHO
2º Vice-Presidente - ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 106/2015

Revoga o artigo 64 da Constituição do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. Fica revogado o artigo 64 da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS
1º Vice-Presidente – ALE/RO

Deputado HERMÍNIO COELHO
2º Vice-Presidente - ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 613,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Suspende a execução do inciso X do art. 2º e do inciso II do art. 9º da Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica suspensa, nos termos do inciso XX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução do inciso X do art. 2º e do inciso II do art. 9º da Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013, que “Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências”, por terem sido declarados inconstitucionais.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**RESOLUÇÃO Nº 322,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Dispõe sobre a concessão de uso de móveis e equipamentos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aos Escritórios de Apoio Parlamentar.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Os móveis e equipamentos considerados inservíveis que constituem o patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia podem ser utilizados, a critério da administração geral da Assembleia Legislativa, pelos Escritórios Parlamentares.

Art. 2º. Para fins desta resolução considera-se bem inservível todo aquele que não mais atende aos interesses da Assembleia Legislativa, podendo estar em perfeitas condições de uso.

Art. 3º. A concessão de uso será realizada através de assinatura de termo de responsabilidade, produzido pela Administração Geral da Assembleia e assinado pelo parlamentar e que conterá as cláusulas de obrigações da cedente e da cessionária.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

**RESOLUÇÃO Nº 323,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Altera e revoga dispositivos do Regimento Interno.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O inciso II do artigo 27 e o § 2º do artigo 29 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto que aprovou o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 27.

I –

II – Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, com 7 (sete) membros;”

Art. 29.

.....

§ 2º À. Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa compete:

I – analisar e emitir parecer aos projetos de leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e de autorização para abertura de créditos adicionais;

II – opinar sobre o aspecto financeiro e orçamentário de todas as proposições, inclusive aquelas de competência privativa de outras comissões, desde que influam na despesa ou na receita pública, ou no patrimônio do Estado;

III – analisar o mérito de matéria tributária e financeira, dívida pública, economia interna, empréstimos, acordos e convênios;

IV – analisar a prestação de contas do Governo do Estado, elaborando sua redação final;

V – analisar as contas do Tribunal de Contas do Estado;

VI – ordenar e elaborar a redação final dos projetos de leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;

VII – elaborar o projeto de lei orçamentária, caso não seja enviado no prazo constitucional;

VIII – analisar e emitir parecer sobre proposições e assuntos relativos ao serviço público da administração pública direta e indireta;

IX – proposições e assuntos pertinentes a regime jurídico, plano de carreira, política salarial, formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais;

X – organização e reforma administrativa da administração pública direta e indireta;

XI – matérias e assuntos relativos à organização e divisão judiciária do Estado;

XII – matérias referentes a direito administrativo em geral;

XIII – regime jurídico-administrativo e concessão e uso dos bens civis públicos;

XIV – prestação e concessão de serviços públicos em geral e seu regime jurídico; e

XV – a execução de leis, planos e programas relativos às matérias de sua competência.

Art. 2º. Fica revogado o § 10 do artigo 29 do Regimento Interno.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 324,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a baixa da exigibilidade de saldos de salários não reclamados existente em Conta Contábil no SIAFEM.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Superintendência Financeira da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por meio da divisão de Contabilidade, autorizada a proceder a baixa contábil dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2014, na Conta Contábil nº 218810607 junto ao Sistema de Contabilidade de Rondônia/SIAFEM.

Art. 2º Ficam preservados os direitos dos servidores inscritos, nos termos da legislação aplicada conforme o status individual.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

RESOLUÇÃO Nº 325,
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Revoga a Resolução nº 301, de 26 de agosto de 2015, que “Institui e disciplina o Programa de Incentivo à Especialização – PIE no exercício do mandato parlamentar.”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica revogada a Resolução nº 301, de 26 de agosto de 2015, que “Institui e disciplina o Programa de Incentivo à Especialização – PIE no exercício do mandato parlamentar.”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 25 de novembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00012229/2015-40
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE**, torna público o presente edital de licitação, a qual se realizará na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, tipo **Menor Preço**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE CARIMBOS, SERVIÇOS DE CHAVEIRO, CÓPIA DE CHAVES, INSTALAÇÃO DE FECHADURAS E ABERTURA DE ARMÁRIOS E GAVETEIROS**, a pedido do **Departamento de Logística**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 135.294,00 (Cento e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **08 de dezembro de 2015**, Hora: **10h00min**.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **08 de dezembro de 2015**, Hora: **10h30min**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.ale.ro.gov.br - (Licitações); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 25 de novembro de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 12380/2015-46

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005 **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento e instalação de gesso acartonado, bancadas de gesso e forro de gesso, inclusive com fornecimento de toda mão de obra**, em que se sagrou vencedora do certame a empresa **TCA – TÉCNICA EM CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.480/0001-67, conforme descrição detalhada no quadro abaixo, por estar em conformidade com as normas legais, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Resolução ALE 152/2007 e Lei nº 8.666/93.

LOTE ÚNICO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca	Vir Unit.
1	Parede de Gesso Acartonado, tipo Drywall, montadas e completamente acabadas, emassadas (2 demãos), lixadas e pintadas com duas demãos de tinta acrílica semi-brilho, estruturadas em perfis com aço zincado, com 10cm de espessura com propriedades de isolamento acústico, contendo internamente manta de lã de rocha de 50mm de espessura e 32kgf/m², inclusive eletrodutos e interruptores embutidos. Incluindo a retirada e materiais necessários para instalação	M²	1000	PLACO	154,50
2	Fornecimento e instalação de Bancada de Gesso Acartonado, montadas e completamente acabadas, emassadas (2 demãos), lixadas e pintadas com duas demãos de tinta acrílica semi-brilho, estruturadas em perfis com aço zincado e completamente resistentes, para utilização de computadores por usuários.	M²	465	PLACO	250,00
3	Fornecimento e instalação de Forro de Gesso Acartonado, com instalação inclusa a retira e materiais necessários para instalação, completamente acabado, emassado (2 demãos), lixado e pintado com duas demãos de tinta acrílica semi-brilho, com espaço para colocação de luminárias (conforme projeto em anexo).	M²	1.600	PLACO	43,75
4	Fornecimento e instalação de porta laminada, espessura 35mm e dimensão 0,90 x 2,10m, com revestimento em laminado melamínico texturado, incluindo requadro, batente, fechadura e dobradiça e todos os acessórios necessários para o seu devido funcionamento.	UNI	156	EUCATEX	350,00
5	Recuperação de Forro de Gesso Acartonado, inclusa mão de obra e materiais necessários	M²	320	PLACO	35,00

Porto Velho/RO, 25 de novembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

TERMO DE CANCELAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015/ALE/RO

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, órgão Gerenciador, resolve CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SUPRA, firmada com a empresa **PIRES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.686.972/0001-03, com sede a Rua Oliveira Viana nº 671, Hauer – Curitiba/PR, CEP: 81.630-070, de acordo com o que segue:

1. DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O presente termo visa rescindir o registro dos preços dos itens do Lote 5, constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015/ALE/RO, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015//CPP/ALE/RO**, decorrente do **PROCESSO Nº 000005263/2015-26**, quais sejam:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MOD	VLR UNIT
LOTE 5 - MATERIAL ELÉTRICO	1	Cabo Isolado em PVC seção 2,5 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.500	QUALYFLEX	0,71
	2	Cabo Isolado em PVC seção 4 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.300	QUALYFLEX	1,30
	3	Cabo Isolado em PVC seção 6 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	1.000	QUALYFLEX	1,71
	4	Cabo Isolado em PVC seção 10 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	500	QUALYFLEX	3,00
	5	CABO ISOLADO em PVC seção 16 mm² - 750 V - 70°C - flexível	MTS.	500	QUALYFLEX	5,00
	6	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM CHAPA DE AÇO DE EMBUTIR, ATÉ 28 DIVISÕES MODULARES, DIMENSÕES EXTERNAS 522 X 360 X 100 MM	UNID.	10	OLIFE	240,00
	7	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 10 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	4,80
	8	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	4,80
	9	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	100	SOPRANO	4,80
	10	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 25 AMPERES.	UNID.	100	SOPRANO	4,80
	11	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 40 AMPERES	UNID.	50	SOPRANO	5,20
	12	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 50 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	5,20
	13	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 10 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	16,00
	14	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	50	SOPRANO	16,00
	15	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	16,00
	16	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 25 AMPERES.	UNID.	60	SOPRANO	16,00
	17	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 40 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	25,00
	18	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 50 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	25,00
	19	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 16 AMPERES.	UNID.	40	SOPRANO	24,00
	20	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 20 AMPERES.	UNID.	30	SOPRANO	24,00
	21	DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO DE 32 AMPERES.	UNID.	25	SOPRANO	24,00
	22	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS SIMPLES 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	4,20
	23	INTERRUPTOR, UMA TECLA SIMPLES E DUAS TECLAS PARALELAS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,50
	24	INTERRUPTOR, UMA TECLA SIMPLES E UMA TECLA PARALELA 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,50
	25	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS SIMPLES E UMA TECLA PARALELA 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	5,00
	26	INTERRUPTOR, DUAS TECLAS PARALELAS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	100	VELTRA	6,00
	27	INTERRUPTOR E TOMADA, DUAS TECLAS SIMPLES E UMA TOMADA DOIS POLOS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	80	VELTRA	8,00
	28	INTERRUPTOR E TOMADA, DUAS TECLAS PARALELO E UMA TOMADA DOIS POLOS 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	10,00
	29	INTERRUPTOR E TOMADA, UMA TECLA PARALELO E UMA TOMADA DOIS POLOS UNIVERSAL 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	6,00
	30	INTERRUPTOR E TOMADA, UMA TECLA SIMPLES E UMA TOMADA DOIS POLOS UNIVERSAL 10 AMPERES - 250 VOLTS	UNID.	60	VELTRA	8,00
	31	LÂMPADA FLUORESCENTE, TIPO UNIVERSAL PARTIDA RÁPIDA, BASE COM BIPINO MÉDIO, COM COMPRIMENTO DE 1.210 mm E DIÂMETRO DE 38 mm, POTENCIA DE 40 WATS, ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS EM MÉDIA, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	300	EMPALUX	4,00
	32	LÂMPADA FLUORESCENTE, TIPO UNIVERSAL PARTIDA RÁPIDA, BASE COM BIPINO MÉDIO, COM COMPRIMENTO DE 590 mm E DIÂMETRO DE 38 mm, POTENCIA DE 20 WATS, ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS EM MÉDIA, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	SYLVANIA	4,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/MOD	VLR UNIT
LOTE 5 - MATERIAL ELÉTRICO	33	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 20WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	300	EMPALUX	6,20
	34	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 59WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	200	EMPALUX	38,00
	35	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 25WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	EMPALUX	7,20
	36	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 59WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	150	EMPALUX	38,00
	37	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO ASPIRAL COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 9 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	100	EMPALUX	6,00
	38	LÂMPADA FLUORESCENTE ELETRÔNICA, TIPO COMPACTA COM BASE EDSON-27, COM POTÊNCIA DE 15 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127 VOLTS, PARA ILUMINAÇÃO DE AMBIENTES	UND	200	EMPALUX	6,00
	39	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 40 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127/220 VOLTS, PARA 02 LÂMPADAS, ALTO FATOR DE POTÊNCIA	UND	100	ECP	12,00
	40	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 20 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 127/220 VOLTS, PARA 02 LÂMPADAS, ALTO FATOR DE POTÊNCIA	UND	100	QUALYFLEX	10,00
	41	FITA ISOLANTE ELÉTRICA DE BORRACHA ETILENO-PROPILENO (EPR), COM RESISTÊNCIA A TENSÃO ATÉ 1.000 VOLTS, COR PRETA, CLASSE DE TEMPERATURA ATÉ 90°, ANTICHAMA, EM ROLO DE 20 METROS E LARGURA DE 19 mm	UND	150	PRYSMIAN	26,00
	42	CAIXA DE PASSAGEM, MATERIAL PVC, TIPO EMBUTIR, COMPRIMENTO 4", LARGURA 2"	UND	100	LEALPLASTIC	0,50
	43	FILTRO LINHA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/220, CORRENTE MÁXIMA 10, QUANTIDADE SAÍDA 6 TOMADAS COM 3 PINOS TIPO FÊMEA COM ATERRAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTO INFORMÁTICA / ELÉTRICO, FREQUÊNCIA 50/60	UND	100	KITEC	14,90
	44	CANAleta MOLDURA, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, SEÇÃO 20 X 10 MM, COMPRIMENTO 2,20 M, APLICAÇÃO PASSAGEM CABO/FIO.	UND	150	ILUMI	2,00
	45	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO/VAPOR METÁLICO, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 400 WATS, TENSÃO NOMINAL 220 VOLTS, FREQUÊNCIA NOMINAL 60 HZ, FATOR POTÊNCIA ALTO.	UND	40	QS	76,00
	46	LÂMPADA VAPOR METÁLICO HQIE DE 400 WATS, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 220 VOLTS, COM BASE E-40, PARA ILUMINAÇÃO EXTERNA	UND	40	QS	76,00
	47	TOMADA, TIPO MACHO, NÚMERO CONTATO 2, FORMATO CONTATO UNIVERSAL, COR CORPO CINZA, CORRENTE NOMINAL 10, TENSÃO NOMINAL 250, NÚMERO PÓLOS 2 P, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SAÍDA AXIAL E PINOS CILÍNDRICOS	UN	40	ILUMI	3,00
	48	RELE FOTO ELÉTRICO 220V	UND	40	MAPRETRON	11,20
	49	RELE FOTO ELÉTRICO 127V	UND	10	MAPRETRON	11,20
	50	BASE P/ RELE FOTOELÉTRICO ILUMINAÇÃO, TENSÃO NOMINAL 110/220.	UND	30	MAPRETRON	6,00
	51	CABO EXTENSOR DE 3 METROS	UND	20	ILUMI	12,00
	52	ADESIVO TRANSPARENTE INSTANTÂNEO UNIVERSAL, 3g COM BICO DASADOR ANTI-ENTUPIMENTO.	UND	100	SUPER BONDER	8,00

2. FUNDAMENTAÇÃO – CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. **Fundamento Legal:** Art. 20, inciso I Decreto 7.892/2013, e subitem 4.7 da Ata de Registro de Preços nº 011/2015, que assim dispõem:

Art. 20. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços:

2.2. **Motivação:**

2.2.1. Em 22/09/2015 foi emitida a Nota de Empenho nº 2015NE01038, em favor da empresa retrocitada, conforme a Ordem de Fornecimento nº 044/2015/CPL/ALE/RO, no valor de **R\$ 26.923,00** (Vinte e seis mil, novecentos e vinte e três reais), para o lote 5, constante dos autos nº 12401/2015-60.

2.2.2. Em 12/11/2015 o chefe da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da ALE/RO encaminhou o Memorando nº 078/DAP/2015, informando que a empresa **PIRES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA** não cumpriu o prazo de entrega dos materiais referentes a Nota de Empenho nº 2015NE01038, acordado para a data de 10/11/2015, sendo que no dia 04/11/2015 foi enviado e-mail solicitando informações do envio dos materiais sem resposta até aquela data, tratando-se de materiais que não existem em estoque no Almoxarifado, que serão utilizados nos Gabinetes/Divisões/Secretarias. Solicita o cancelamento da nota de empenho e convocação da segunda empresa colocada no certame licitatório e demais providências cabíveis.

2.2.3. Em **24/11/2015**, foi **cancelada** a Nota de Empenho nº 2015NE01038, no valor de **R\$ 26.923,00** (Vinte e seis mil, novecentos e vinte e três reais), pelos motivos supracitados.

Porto Velho-RO, 25 de novembro de 2015.

MILTON NEVES DE OLIVEIRA

Superintendente da SCL

Mat. 200160381

De Acordo:

Arildo Lopes da Silva

Secretário Geral - ALE

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 3431/2015-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

NOMEAR:

MARIA DA CONCEIÇÃO FLORÊNCIO BEZERRA, cadastro nº. 100001751, Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, no Gabinete da Presidência, a partir de 03 de novembro de 2015.

Porto Velho, 13 de novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 496/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Excluir o nome da **servidora NEIDE DE OLIVEIRA FRANÇA**, matrícula nº100002410, Taquígrafo I, lotada na Divisão de Taquigrafia, do ATO Nº343/2015-SRH/D/P/ALE, de 21/10/2015, publicado no DO-e-ALE/RO, nº 176, pag.3844, de 22/10/2015, conforme solicitação do Memorando nº 320/SL/2015, fls. 46 do Processo nº14126/2015-91.

Porto Velho - RO, 24 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 499/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 29/11/2015 a 04/12/2015 a **Deputada Estadual LUCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS**, matrícula nº 200160357, para deslocar - se a cidade de Curitiba - PR, com objetivo de participar de Reuniões com a Vice Presidente da Comissão de Educação e Cultura, conforme Processo nº 16206/2015-03.

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 500/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 29/11/2015 a 04/12/2015 ao servidor relacionado que irá assessorar a Deputada Lucia Tereza, que estará participando de Reuniões com a Vice Presidente da Comissão de Educação e Cultura, na cidade de Curitiba - PR, conforme Processo nº 16206/2015-03.

Matricula: 200160372
Nome: Carlos Alberto Tesch
Cargo: Chefe Gabinete
Lotação: Gab. Dep. Lucia Tereza

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 501/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/11/2015 a servidora relacionada que irá realizar assessoramento técnico ao senhor Presidente desta Casa de Leis Deputado Maurão de Carvalho, que estará participando de vários encontros nos municípios de Ji-Paraná e Novo Horizonte - RO, conforme Processo nº 16188/2015-93.

Matricula: 200160379
Nome: Irma Fogaca Barbosa
Cargo: Chefe Gabinete
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 502/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/11/2015 ao servidor relacionado que irá realizar serviços de motorista conduzindo o senhor Presidente desta Casa de Leis Deputado Maurão de Carvalho e os demais servidores que irão acompanhá-lo aos municípios de Ji-Paraná e Novo Horizonte - RO, conforme Processo nº 16188/2015-93.

Matricula: 200161012

Nome: José Kerginaldo da Silva

Cargo: Ast. Parlamentar

Lotação: Gabinete da Presidência

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 503/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 25 a 27/11/2015 ao servidor relacionado que estará realizando a segurança pessoal do senhor Presidente desta Casa de Leis Deputado Maurão de Carvalho, durante sua viagem aos municípios de Ji-Paraná e Novo Horizonte - RO, conforme Processo nº 16188/2015-93.

Matricula: 200161013

Nome: Alberto Andrade do Nascimento

Cargo: Chefe de Divisão

Lotação: Polícia Legislativa

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 504/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 26 a 28/11/2015 aos servidores relacionados que irão realizar cobertura jornalística acompanhando o senhor Presidente desta Casa de Leis Deputado Maurão de Carvalho aos municípios de Ji-Paraná e Novo Horizonte - RO, conforme Processo nº 16186/2015-92.

Matricula: 200161748

Nome: Eranildo Costa Luna

Cargo: Asses. Técnico

Lotação: Dep.Com.Social

Matricula: 200161088

Nome: Waldir Aparecido Costa

Cargo: Diretor de Dept.

Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 505/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 26 a 28/11/2015 ao servidor relacionado que irá realizar cobertura fotografica acompanhando o senhor Presidente desta Casa de Leis Deputado Maurão de Carvalho aos municípios de Ji-Paraná e Novo Horizonte - RO, conforme Processo nº 16186/2015-92.

Matricula: 200161010

Nome: Marisvaldo Jose da Silva

Cargo: Asses. Técnico

Lotação: Dept.Com.Social

Porto Velho - RO, 25 de Novembro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral